

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 15

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf valida trading da Cargill em paraíso fiscal e cancela autuação de R\$ 143 milhões3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Dirbieo custo da transparência fiscal5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo avalia saída para veto na Reforma Tributária 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Ruídos" retardam efeito da reforma tributária, diz Vitória 8

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo vai 'harmonizar' regra sobre taxaço11

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacote fiscal permite economizar R\$ 30 bilhões (Contas públicas)12

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado deve priorizar novas regras eleitorais na volta aos trabalhos; reforma e isenção de IR também estão no radar 14

PORTAL R7 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso avança em acordos para definir comandos de comissões15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Taxas de Trump derrubam dólar17

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inelegibilidade de 8 anos da Ficha Limpa é 'tempo extenso', diz Motta19

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

China reage, mostra força e impõe tarifas aos EUA 20

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Orçamento rígido afeta crescimento nas cidades do Nordeste 22

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

'Taxa das blusinhas' nos EUA pode ser pior do que parece 25

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Lula pede, e Múcio aceita ficar na Defesa por mais um ano27

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
POLÍTICA

Lula afirma que vai taxar produtos dos EUA se tarifaço de Trump se estender para o Brasil 28

O GLOBO ONLINE - RJ - MUNDO
POLÍTICA

Lula critica Trump após fala sobre assumir Gaza: Não tem sentido. Palestinos vão para onde? 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Copom indica que Selic irá a 14,25% 34

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Como retomar os investimentos públicos 35

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Conquistas e desafios na gestão de Lula 3 (Editorial) 36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Alta dos alimentos vai se propagar e meta será descumprida, avisa o BC 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Este é o ano para focarmos na exportação de serviços (Artigo) 38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Estrangeiros começam a ver oportunidades no Brasil 39

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar cai para R\$ 5,77 na maior sequência de baixas em 30 anos 41

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Congresso terá de incluir R\$ 22,8 bi no orçamento 43

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Haddad trabalha em mudanças no Orçamento 44

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Brasil, liderança climática em tempos de retrocesso (Artigo) 45

Carf valida trading da Cargill em paraíso fiscal e cancela autuação de R\$ 143 milhões

Por *Marcela Villar - De São Paulo*

O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** manteve uma decisão favorável ao Grupo Cargill em discussão relevante sobre tributação no exterior. Os conselheiros validaram uma estrutura de trading sediada em paraíso fiscal e afastaram uma autuação de R\$ 143 milhões. O julgamento da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção foi unânime. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) recorreu da decisão.

O caso trata da tributação de filial da Cargill localizada nas Ilhas Turcos e Caicos, território britânico no Caribe. Os grãos eram comprados da matriz brasileira e outras empresas e negociados com terceiros sem que a mercadoria fosse transmitida fisicamente pela filial.

Para a Fazenda, não havia propósito comercial nas operações da filial estrangeira, que seria usada só para a obtenção de vantagem tributária, como a dedução de despesas com variações cambiais da base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL. Essa dedução é vedada no Brasil, mas autorizada pela legislação das Ilhas Turcos e Caicos.

Segundo tributaristas, o argumento de falta de "propósito comercial" ou "substância econômica" é muito usado pela **Receita Federal**. O tribunal administrativo, porém, sempre analisa caso a caso e decide a favor dos contribuintes quando eles conseguem provar que há operação na filial estrangeira, além de sua relevância para os negócios, como ocorreu no processo da multinacional Syngenta e da Biosev, incorporada pela Raízen.

No caso da Biosev, foi levado em conta que, apesar de a trading não ter funcionários, tinha operação e finalidade, como conseguir empréstimos a juros mais baixos e controlar o risco do câmbio. No da Syngenta, foi considerado que as filiais no Uruguai e Panamá eram hubs regionais para atender com mais agilidade e eficácia demandas locais, dentre outros motivos.

A autuação da Cargill analisada pelo **Carf** é um desdobramento de um processo administrativo aduaneiro julgado no ano de 2019, em que ela saiu vitoriosa. Naquele ano, foi afastada a tese de que a filial seria uma "interposição fraudulenta", cancelando

cobrança de R\$ 10 bilhões (processo nº 16561.720129/2017-79). Agora, a Fazenda tenta afastar a aplicação do precedente nesse caso, em que são analisadas supostas omissões no lucro da estrutura e substância econômica. Os casos se referem a operações de 2013.

Na visão da PGFN, o grupo estaria se utilizando "indevidamente da legislação do país da filial para deduzir despesas que, para a legislação fiscal brasileira, seriam indedutíveis". Alega que a filial não teria funcionários, seria uma mera "caixa postal" por conta de as mercadorias não transitarem fisicamente no estabelecimento da Cargill T C, sendo remetidas diretamente do Brasil ao mercado internacional.

Para os conselheiros, porém, esses argumentos não são relevantes para determinar se existe propósito comercial, pois haveria autorização pela legislação das Ilhas Turcos e Caicos e a do Brasil.

O relator do caso, o conselheiro Lucas Issa Halah, julgou que a trading facilitava o gerenciamento de componentes no preço de commodities e controlava o risco cambial, de crédito e de liquidez, dentre outros objetivos. "A estrutura adotada, portanto, é lícita", diz ele, no acórdão. "A avaliação da maneira mais adequada do ponto de vista comercial para chegar-se aos fins comerciais pretendidos compete tão somente ao administrador da entidade."

Segundo ele, a legislação brasileira possui parâmetros específicos para tratar estruturas sediadas em paraíso fiscal a fim de evitar a elisão fiscal, como regras de tributação de lucros no exterior, preços de transferência e subcapitalização. Por isso, não se pode "renegar seu tratamento ao casuismo e subjetividade decorrentes de conceitos abertos como 'simulação', de paradoxal compatibilização às próprias definições de jurisdições de tributação favorecida e regimes fiscais privilegiados" (processo nº 16561.720119/2018-14).

Por meio de nota, a PGFN reforçou que esse caso seria de interposição fraudulenta. "Essas sociedades não possuem estrutura operacional compatível com as atividades desenvolvidas e a fiscalização demonstra que os contratos são negociados, assinados e controlados por pessoas físicas ligadas à empresa no Brasil ou outras empresas do grupo econômico, mas

não com a sociedade constituída no paraíso fiscal", diz.

O órgão alega ainda que "as funções e o propósito comercial são desempenhados pela controladora no Brasil". "Assim, há fraude", afirma. Nesses casos, adiciona, "não basta respeitar as normas de preço de transferência, subcapitalização e TBU, as quais são aplicáveis a operações efetivamente existentes, o que não é o caso do processo questionado, em que os contratações com a suposta "trading" não existiram, sendo contratos simulados". Acrescenta ainda existirem decisões unânimes do **Carf** favoráveis à União sobre o tema dos anos de 2012, 2024 e 2025.

A tributarista Diana Piatti Lobo, sócia do Machado Meyer, diz que tradings são usadas como intermediárias em operações de comércio exterior. Segundo ela, não há nada na **legislação tributária** que trate da necessidade de existir propósito comercial nessas estruturas. "O que se encontra são as consequências atribuídas a casos de fraude, simulação ou conluio", diz a tributarista, acrescentando que a conclusão do **Carf** foi correta. "Se a estrutura é lícita, juridicamente possível, o Fisco não tem essa liberdade de escolher qual a forma que o contribuinte deve organizar seu negócio."

Caio Cezar Malpighi, tributarista do Vieira Rezende Advogados, afirma que tradings em paraísos fiscais tendem a atrair, por si só, desconfiança da fiscalização. "A **Receita federal** usa como regra geral antielisiva o argumento de propósito comercial, sendo que o Congresso Nacional duas vezes já negou a aprovação de uma norma nesse sentido", diz. "Não há como usar um argumento genérico de uma norma que nem existe no Brasil e para acusar genericamente, se todas as regras específicas para evitar abusos foram respeitadas no caso", completa.

Segundo Malpighi, o benefício tributário com a filial nesse caso é que o preço da revenda de produtos agrícolas no exterior era maior do que o de aquisição, gerando margem de lucro. Como o lucro das controladas só é apurado no fim do ano, haveria uma espécie de diferimento (adiamento da tributação), pois no Brasil a cobrança seria mensal.

Além disso, no paraíso fiscal é permitida a dedução de variações cambiais. "As despesas com variações cambiais eram deduzidas na contabilidade da filial em Turcos e Caicos e esse lucro diminuía o tributável no Brasil", diz.

Giancarlo Matarazzo, sócio do Pinheiro Neto Advogados que atuou no caso, afirma que a decisão do **Carf** está em linha com o que foi decidido em 2019. "O julgado vai na linha do que o legislador brasileiro

optou para regular as transações entre matriz e subsidiária ou filial localizada em paraíso fiscal ou de tributação favorecida e de que isso, por si só, não é suficiente para tornar ilegal determinada operação", diz.

Matarazzo ressalta que a localização foi escolhida pela flexibilidade em obter financiamentos, na gestão de contratos e compra e venda e operações de hedge (cobertura) na bolsa de Chicago (EUA). "As tradings precisam estar em jurisdições em que se tenha possibilidade contratual de fazer tanto operações financeiras quanto comerciais com mais celeridade e segurança jurídica", afirma ele, acrescentando ser um precedente importante para diferenciar operações abusivas das reais.

O acórdão, na visão do tributarista Paulo Coviello Filho, sócio de Mariz de Oliveira e Siqueira Campos Advogados, é relevante para exportadoras, de commodities ou outros produtos, que têm estruturas semelhantes. "Reconhece que a trading no exterior não precisa ter estrutura física e corpo de empregados para ter participação efetiva nas exportações de commodities", afirma.

Procurada pelo Valor, a Cargill informou que não comenta processos em andamento.

Site:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2025/02/05/carf-valida-trading-da-cargill-em-paraíso-fiscal-e-cancela-autuacao-de-r-143-milhoes.ghtml>

Dirbieo custo da transparência fiscal

A ampliação dos benefícios fiscais que devem ser informados na Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirbi), regulamentada pela Instrução Normativa nº 2.241 da **Receita Federal**, marcou um avanço significativo na transparência tributária no Brasil. Com a inclusão de 45 novos benefícios, o total de incentivos obrigatórios na declaração passou para 88, refletindo a complexidade do sistema tributário brasileiro e o peso das renúncias fiscais na economia. Essa medida não está isenta de críticas e levanta questões cruciais sobre os impactos econômicos e jurídicos associados à política de incentivos fiscais.

Entre os benefícios recém-incluídos, destacam-se as reduções de alíquotas do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) a 0% para itens básicos do setor alimentício, como arroz, feijão, leite e carnes, e novos incentivos para a Zona Franca de Manaus, que abrangem isenções do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e alíquotas diferenciadas para a importação de máquinas e

equipamentos. Essas mudanças visam estimular setores estratégicos da economia, como a produção alimentícia e o desenvolvimento industrial regional, enquanto buscam aliviar a carga tributária sobre produtos essenciais ao consumidor. Contudo, os custos fiscais dessas renúncias chamam atenção. Em 2024, a **Receita Federal** estimou que as renúncias fiscais declaradas somaram R\$

110,9 bilhões, em um cenário onde o déficit primário ultrapassa R\$ 141 bilhões.

Economicamente, a redução de **tributos** sobre alimentos básicos pode contribuir para o controle inflacionário, já que esse grupo de produtos representa cerca de 20% do IPCA. Essa medida, em períodos de pressão inflacionária, alivia o custo de vida das famílias, sobretudo as de baixa renda, promovendo um impacto social relevante. No entanto, as desonerações tributárias, apesar dos benefícios imediatos, devem ser avaliadas sob uma perspectiva de eficiência econômica e retorno social. Os recursos públicos renunciados poderiam ser investidos em áreas como saúde, educação e infraestrutura, setores que carecem de investimentos robustos para atender às demandas sociais.

Já os incentivos voltados à Zona Franca de Manaus reforçam o

caráter estratégico da região como polo de desenvolvimento regional e preservação ambiental. Porém, estudos realizados pelo Ipea sugerem que o custo fiscal por emprego gerado na Zona Franca é alto, o que levanta dúvidas sobre a eficácia dessas medidas a longo prazo. Esses incentivos, embora contribuam para a competitividade local, geram distorções no pacto federativo, uma vez que outras regiões do país não usufruem dos mesmos benefícios tributários. Essa disparidade põe em discussão a isonomia tributária, um princípio constitucional que deveria nortear a política fiscal brasileira.

Juridicamente, a obrigatoriedade de declarar os novos incentivos de forma retroativa, com início em janeiro de 2024 e prazo final em março deste ano, levanta preocupações quanto à segurança jurídica e ao ônus administrativo imposto aos contribuintes. Pequenas e médias empresas, que carecem de estrutura administrativa robusta, podem enfrentar dificuldades para se adequar às novas exigências. Essa situação revela a necessidade de simplificação do sistema tributário e de maior diálogo entre o governo e os contribuintes, especialmente os de menor porte, para garantir o

cumprimento das obrigações acessórias sem comprometer a competitividade empresarial.

A análise dos benefícios fiscais também destaca sua concentração em setores específicos, como adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas e desoneração da folha de pagamentos. Embora esses incentivos tenham justificativas econômicas e sociais, é imprescindível avaliar se eles estão, de fato, gerando os retornos esperados. O impacto econômico das renúncias fiscais deve ser monitorado, utilizando indicadores objetivos que permitam mensurar sua eficiência e identificar potenciais ajustes. A transparência proporcionada pela Dirbi é um passo importante nessa direção, mas precisa ser acompanhada por mecanismos efetivos de controle e avaliação.

A multiplicidade de regimes tributários e benefícios fiscais no Brasil também expõe as fragilidades do sistema tributário nacional. As complexidades do modelo atual dificultam o cumprimento das obrigações por parte dos contribuintes e aumentam os custos de conformidade, especialmente para empresas de menor porte. Para mitigar esses impactos, é necessário investir em simplificação tributária,

modernização dos processos administrativos e ampliação dos canais de suporte ao contribuinte.

Em síntese, a ampliação dos benefícios fiscais declarados na Dirbi representa um avanço na busca por maior transparência tributária, mas também evidencia desafios econômicos, jurídicos e administrativos que precisam ser enfrentados. Além disso, a transparência deve ser acompanhada de uma revisão mais ampla do sistema tributário, promovendo maior equidade, eficiência e sustentabilidade fiscal. Somente por meio de uma gestão criteriosa e transparente dos recursos públicos será possível construir um sistema tributário mais justo e alinhado às necessidades de um Brasil que busca crescimento econômico sustentável e inclusão social.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188109?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188109?page=1§ion=1)**

Governo avalia saída para veto na Reforma Tributária

BRUNA LESSA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o governo avalia apresentar proposta que possa atender setores que ficaram descontentes com vetos a trechos do projeto que regulamentou a **Reforma Tributária**. O objetivo, segundo o ministro, é buscar uma alternativa após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva barrar a isenção de fundos de investimento, prevista no texto aprovado pelo Congresso.

O assunto foi discutido por Haddad em reunião com Lula ontem no Palácio do Planalto. O ministro disse que ainda deverá se reunir com o novo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

- O veto se deveu ao fato de que havia uma desarmonia entre o texto da lei complementar e da emenda constitucional. Nós encontramos uma solução de harmonização que, segundo relatos dos interessados, contempla os dois setores. (...) Vou discutir com o presidente Hugo Mota. Primeiro, vou expor a ele o problema, os detalhes técnicos do problema. E, segundo, nós vamos poder encaminhar da maneira como ele achar mais conveniente - informou Haddad.

O Congresso aprovou a isenção de CBS e IBS para operações de compra, venda e aluguel de imóveis feitas por fundos de investimento, como Fundos Imobiliários e Fiagro. O presidente Lula, porém, vetou a isenção, argumentando que não estava prevista na emenda constitucional e criaria benefício fiscal não autorizado anteriormente.

Com o veto, os fundos continuarão pagando os mesmos **tributos** que já pagam hoje, seguindo as regras do setor imobiliário, que preveem alíquotas reduzidas em 50% para vendas e 70% para aluguéis.

O Ministério da Fazenda reforçou que sempre defendeu a não incidência de IBS e CBS sobre aplicações de fundos de investimento em títulos e valores mobiliários. No entanto, analistas apontam que o veto pode gerar interpretações de que as aplicações poderiam ser tributadas. O Ministério afirma que essa não é sua interpretação, mas que, se necessário, trabalhará para ajustar o texto e esclarecer a questão.

PACOTE FISCAL E PÉ-DE-MEIA

O ministro ainda afirmou que o pacote fiscal aprovado no fim de 2024 garantiu economia de R\$ 30 bilhões no Orçamento de 2025. Segundo Haddad, metade do valor já deveria ter sido incluído no Orçamento, enquanto outros R\$ 15 bilhões "vão ser substituídos eventualmente por outras pressões que se mostraram ao longo do ano":

- Teve uma acomodação da ordem de R\$ 30 bilhões com as medidas tomadas no ano passado, conforme vínhamos defendendo. Isso foi constatado, inclusive, por técnicos lá do relator do Orçamento.

Haddad mencionou que o governo aguarda definição do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o orçamento do programa Pé-de-Meia. Segundo ele, a previsão para 2026 já está garantida.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Ruídos" retardam efeito da reforma tributária, diz Vitória



Rafaela Vitória: principal incerteza é "efeito contracionista de uma política monetária como não se via há muitos anos"

Por Marta Watanabe e Alex Jorge Braga - De São Paulo

A perspectiva para 2025 é de desaceleração do **PIB**, com taxa de crescimento que deve cair dos esperados 3,4% em 2024 para 1,7% este ano, sob efeito de aperto monetário. Há incerteza sobre o efetivo impacto da alta dos juros e também sobre os rumos da política fiscal. A repercussão sobre as mudanças no pix em janeiro mostram o tamanho da incerteza em relação às medidas do governo.

Os ruídos são tantos que não deve haver, no curto prazo, efeito expectativa para economia com a **reforma tributária**, que teve regulamentação sancionada em janeiro e é considerada pela equipe do Ministério da Fazenda como o "maior legado econômico" da atual gestão de Lula.

A avaliação sobre as perspectivas para 2025 é da economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitória. Para ela, não haverá benefícios da **reforma tributária** antes de 2027, quando os **tributos** criados começam a entrar em vigor. "O efeito de expectativas até poderia acontecer, se estivéssemos em ambiente neutro. O viés é até positivo. Mas por enquanto há tanto ruído que se coloca [a reforma] numa caixinha e pensa: Isso aqui é para 2027, deixa para eu ver depois."

Em 2025, diz Vitória, o risco de recessão técnica, com variação negativa do **PIB** por dois trimestres

consecutivos, não está descartado, embora não esteja no cenário base. A principal incerteza deste ano, avalia, é o "efeito contracionista de uma política monetária como não se via há muitos anos no Brasil".

Outra incerteza vem da política fiscal. A expectativa é de maior controle fiscal em 2025, mas há risco de nova aceleração de gastos para impulsionar a popularidade buscada em uma agenda eleitoral. Isso, diz, levaria a **inflação** a subir mais do que se espera. O banco projeta IPCA de 4,9% para 2025, com viés de alta em razão de incerteza nas tarifas de energia elétrica.

Vitória diz ainda que o anúncio recente de novas tarifas pelo presidente dos EUA, Donald Trump, confirma a expectativa de maiores restrições ao crescimento do comércio global nos próximos anos. A seguir, os principais pontos da conversa com o Valor:

Risco de recessão técnica

O banco estima que o **PIB** tenha crescido 3,4% em 2024 e para 2025 é esperada desaceleração para 1,7%, por conta do aperto monetário maior. Teremos o carregamento estatístico de 2024 e o crescimento deve desacelerar mais no segundo semestre. O primeiro semestre de 2025 deve concentrar mais o crescimento, com efeito do aumento de salário mínimo e boa safra. O risco nesse cenário atual é de desaceleração maior. A incerteza em relação à política econômica pode trazer menor confiança do consumidor e do empresário à retração, com variação negativa do **PIB** em algum trimestre na segunda metade do ano. Hoje o cenário base não tem recessão técnica, mas isso está num cenário de risco. O Inter, aponta, projeta **inflação** de 4,9% para 2025, com viés de alta.

Impacto dos juros

Vimos de crescimento mais robusto da economia e temos forças positivas que ainda impulsionam o crescimento. Nos últimos dois anos houve forte crescimento do emprego e renda, que deve ainda manter o consumo ao longo do ano de 2025. Mas há muitas incertezas no cenário. A principal delas é o efeito contracionista de uma política monetária como não se via há muitos anos no Brasil. A Selic deve chegar em 15% para uma **inflação** que está indo para

a casa de 5%, 5,5% este ano.

Incerteza na política fiscal

Outra incerteza é a política fiscal de 2025, diz. Nos últimos dois anos houve expansão fiscal muito acima da esperada. Ao fim de 2022 tivemos a PEC da Transição, mas em 2023 veio o arcabouço fiscal, o que deu esperança de que o governo controlasse o crescimento dos gastos. Não foi o que aconteceu. Os dados do Tesouro mostram que o gasto acumulado até novembro cresceu por volta de 4,5% a 5% acima da **inflação**. Como vai ser 2025? O governo indica, de novo, que os gastos serão controlados. Os dados do Tesouro mostram de fato essa acomodação, mas a eleição de 2026 já começa a bater na porta. É possível que a atividade desacelere mais rapidamente, por conta de um aperto monetário maior, isso é claro. A possível contribuição de um fiscal mais controlado, porém, é incerta. Vemos risco de uma nova aceleração de gastos para impulsionar a popularidade, o que levaria a **inflação** a subir mais do que esperamos. Há expectativa de que se possa ter um início de redução da Selic no segundo semestre, mas isso está condicionado a não vermos novas surpresas fiscais.

Pix e sinal de desconforto

A polêmica do pix em meados de janeiro, que incluiu notícias falsas sobre a intenção do governo de tributar essas transferências, mostra dúvidas com relação à política econômica de maneira geral. Esses sinais da sociedade mostram que existe desconforto grande no aumento de **impostos**, tanto nas empresas quanto no consumidor. E aumento de **impostos** também é uma contração fiscal, tem um impacto negativo em consumo e investimento.

Há risco de impacto maior na confiança do consumidor e do empresário, por conta de medidas de arrecadação, que teve resultado positivo em 2024, com crescimento próximo de 10%. Isso tem um impacto negativo na economia.

Atuação do Banco Central

Não temos dúvidas de que a gestão do Banco Central é independente e vai continuar sendo. Mas tenho dúvidas sobre a eficácia da política monetária hoje por conta da política fiscal expansionista. É um debate que o Copom vai precisar ter depois dessas duas altas previstas para os próximos meses. A Selic com 15 pontos pode ter pouco efeito, porque a **inflação** está baixa. Parece que não vamos ter uma nova expansão fiscal esse ano. Porém, diante da iminência de uma nova expansão, o Banco Central vai reagir? O governo vai fazer pressão no Banco Central. Essa pressão vai

ter efeito? Esperamos que não.

Resultado primário

Para 2025, a primeira crítica que temos é a ausência de Lei Orçamentária Anual (LOA). Considerando a ausência de dados e estimativas, o Inter estima déficit primário de cerca de R\$ 80 bilhões para 2025, dos quais R\$ 40 bilhões são pagamento de precatório, que estarão fora da meta fiscal. Então, o governo teria mais ou menos R\$ 40 bilhões para cortar ou encontrar receitas para cobrir o rombo para atingir a meta de 2025, de resultado primário zero, sem precisar usar a banda de tolerância de 0,25 ponto percentual do **PIB**.

O governo precisa ser mais rigoroso no controle dos gastos obrigatórios, ou aprovar novas medidas. Ainda falta um espaço para cumprir a meta de 2025. Esperamos que governo não faça isso via crédito extraordinário ou novas despesas fora da meta. Não queremos ver isso.

BNDES

Vejo analistas comparando nossa situação fiscal com a de 2014. Acho que o grande risco fiscal naquela época era de empréstimos no BNDES via Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) subsidiada pelo Tesouro, o que hoje não existe mais. Enfim, essa foi uma das grandes medidas aprovadas no governo [do ex-presidente Michel] **Temer**, que não gostaríamos de ver voltando. Ela destaca que esse subsídio é muito perigoso, pois é difícil de mensurar. Além disso, traz uma alocação de capital ruim, um custo indireto alto para o Tesouro e tira força da política monetária. Enfim, essa foi uma das grandes medidas aprovadas no governo **Temer**, que não gostaríamos de ver voltando.

Reforma Tributária

A **reforma tributária** é muito positiva, apesar de algumas distorções que foram mantidas. De maneira geral, a **reforma tributária** é um avanço muito grande, mas no curto prazo não veremos efeitos econômicos vindos de melhora das expectativas. Na reforma trabalhista foram anos para que as empresas sentissem que realmente o custo de contratação via consolidação das leis trabalhistas (CLT) ficou relativamente menor com a flexibilização, o contrato temporário. Estamos vendo esse crescimento somente hoje.

Para ela, os grandes benefícios da **reforma tributária** são as decisões de investimento, de alocação de capital por parte das empresas. Veremos isso acontecer no longo prazo. No curto prazo, temos até o contrário, devido ao custo de adequação. Não

veremos benefícios antes de 27. O efeito em expectativas até poderia acontecer, se estivéssemos em ambiente neutro. O viés é até positivo. Mas por enquanto há tanto ruído no cenário que hoje você guarda numa caixinha separa e pensa: Isso aqui é para 2027, deixa para eu ver depois.

Trump nos EUA

O anúncio recente de novas tarifas confirmam a expectativa de maiores restrições ao crescimento do comércio global nos próximos anos. O impacto de curto prazo tende a ser mais limitado, uma vez que as novas tarifas ainda estão sendo negociadas. O impacto inflacionário deve ser mais pontual em 2025 e pode adiar a convergência da **inflação** americana para a meta, o que reforça o cenário base de juros mais altos por mais tempo nos EUA.

No médio prazo, observa, as maiores restrições ao comércio global e sua conseqüente incerteza pode desacelerar o investimento global. Podemos ver uma desaceleração do crescimento dos EUA e países afetados, principalmente a China. O Brasil não se encontra em situação de fragilidade, não sendo alvo direto das tarifas já anunciadas e em negociação com México e Canadá, por exemplo. Mesmo num eventual cenário de tarifas impostas às exportações brasileiras, é pouco provável um impacto substancial. Possíveis riscos para a economia brasileira seriam impactos de segunda ordem, como o crescimento menor da China e até mesmo dos EUA.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188109?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188109?page=1§ion=1)**

Governo vai 'harmonizar' regra sobre taxaço

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o governo federal pretende "harmonizar" as interpretações, derivadas da **reforma tributária** sobre consumo, relativas a cobranças sobre fundos de investimento imobiliários (FIIs) e fundos do agronegócio (Fiagro). Isso será feito, segundo ele, por meio de uma emenda a lei complementar ou de um novo projeto de lei complementar.

"Na redação [da **reforma tributária**] ficou uma coisa híbrida, ele (FII ou Fiagro) é contribuinte para algumas coisas e não é para outras, e isso gerou a controvérsia jurídica. Se estabelecermos o critério para qualquer caso, harmoniza com a Constituição", disse Haddad depois de reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no Palácio do Planalto, para tratar do tema.

Ao sancionar o principal projeto de regulamentação da reforma, o governo vetou um trecho de artigo que isentava fundos de pagar Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A interpretação desse veto, contudo, tem causado divergências entre tributaristas. Há aqueles que acreditam que o veto atinge somente fundos imobiliários e Fiagros, enquanto outros entendem que alcança também fundos patrimoniais e de investimento em geral.

De acordo com Haddad, já "houve um acordo que nós fizemos" no caso dos FIIs a respeito do tema. "Agora vamos falar com o agro para harmonizar a lei complementar com o que diz a Constituição", disse.

O ministro afirmou que já conversou com o deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), "uma pessoa muito interessada no tema e que se colocou à disposição" para tratar o do assunto. A ideia é que Jardim apresente a demanda ao novo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Além de Motta, Haddad também pretende se encontrar com o novo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para conversar sobre a pauta econômica do governo como um todo.

"Se estabelecermos o critério para qualquer caso, harmoniza com a Constituição" Fernando Haddad

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188109?page=1§ion=1>

Pacote fiscal permite economizar R\$ 30 bilhões (Contas públicas)

Raphael Pati +

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que as medidas aprovadas pelo Congresso Nacional, no final do ano passado, dentro do pacote fiscal, representaram uma contenção de R\$ 30 bilhões, sendo R\$ 15 bilhões que devem ser somados ao Orçamento de 2025, além de outros R\$ 15 bilhões que eventualmente seriam substituídos por outras pressões, de acordo com o próprio chefe da pasta.

O valor é equivalente ao previsto no anúncio do pacote pela equipe econômica, ainda em novembro de 2024, quando o governo informou que as medidas trariam uma contenção de R\$ 30 bilhões, em 2025, e R\$ 40 bilhões, em 2026. No entanto, o número foi rebatido por economistas e outras agências do mercado financeiro, que previam uma contenção menor.

Houve uma acomodação da ordem de R\$ 30 bilhões nas medidas tomadas no ano passado, conforme nós vínhamos defendendo. Isso foi constatado, inclusive, por técnicos do relator do Orçamento, que essa acomodação se tornou possível graças ao apoio do Congresso Nacional, disse Haddad, após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Haddad acrescentou que a equipe econômica já está em contato com a equipe técnica do relator do Orçamento de 2025, senador Ângelo Coronel (PSD-BA), para tratar do remanejamento de recursos previstos na peça orçamentária, que ainda aguarda pela votação no Congresso Nacional.

Fundos de investimento

A reunião de Haddad com Lula serviu para tratar sobre o veto sobre os Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e os Fundos de Investimento em Cadeias Agroindustriais (Fiagro) na lei da **reforma tributária**. Lula sancionou no dia 16 de janeiro a lei que regulamenta a reforma, com veto no trecho que previa a isenção do novo Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) para esses fundos. De acordo com Haddad, que conversou mais tarde com jornalistas, o texto apresenta controvérsias jurídicas.

Eu vou discutir com o presidente (da Câmara) Hugo Motta primeiro, vou expor a ele o problema, os detalhes técnicos do problema e, segundo, nós vamos

poder encaminhar da maneira como ele achar mais conveniente, ressaltou. Haddad ainda revelou que já teria adiantado a conversa com o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Na conversa com jornalistas, Haddad comentou, ainda, que acredita que a **inflação** vai arrefecer. Ele avalia que o comportamento do câmbio deve influenciar a **inflação** dos alimentos, que acumula alta nos últimos meses, de acordo com os principais índices do país. O dólar estava a R\$ 6,10 e agora já está a R\$ 5,80. Então, isso já ajuda muito. Então, trazendo com a ação do Banco Central, a ação do Ministério da Fazenda, essas variáveis macroeconômicas se acomodam em outro patamar e isso, certamente, vai favorecer, disse o ministro.

Além da queda do dólar, Haddad acredita que as expectativas de uma safra maior podem contribuir positivamente para a queda dos preços dos alimentos em 2025.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que as medidas aprovadas pelo Congresso Nacional, no final do ano passado, dentro do pacote fiscal, representaram uma contenção de R\$ 30 bilhões, sendo R\$ 15 bilhões que devem ser somados ao Orçamento de 2025, além de outros R\$ 15 bilhões que eventualmente seriam substituídos por outras pressões, de acordo com o próprio chefe da pasta.

O valor é equivalente ao previsto no anúncio do pacote pela equipe econômica, ainda em novembro de 2024, quando o governo informou que as medidas trariam uma contenção de R\$ 30 bilhões, em 2025, e R\$ 40 bilhões, em 2026. No entanto, o número foi rebatido por economistas e outras agências do mercado financeiro, que previam uma contenção menor.

Houve uma acomodação da ordem de R\$ 30 bilhões nas medidas tomadas no ano passado, conforme nós vínhamos defendendo. Isso foi constatado, inclusive, por técnicos do relator do Orçamento, que essa acomodação se tornou possível graças ao apoio do Congresso Nacional, disse Haddad, após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Haddad acrescentou que a equipe econômica já está em contato com a equipe técnica do relator do

Orçamento de 2025, senador Ângelo Coronel (PSD-BA), para tratar do remanejamento de recursos previstos na peça orçamentária, que ainda aguarda pela votação no Congresso Nacional.

Fundos de investimento

A reunião de Haddad com Lula serviu para tratar sobre o veto sobre os Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e os Fundos de Investimento em Cadeias Agroindustriais (Fiagro) na lei da **reforma tributária**. Lula sancionou no dia 16 de janeiro a lei que regulamenta a reforma, com veto no trecho que previa a isenção do novo Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) para esses fundos. De acordo com Haddad, que conversou mais tarde com jornalistas, o texto apresenta controvérsias jurídicas .

Eu vou discutir com o presidente (da Câmara) Hugo Motta primeiro, vou expor a ele o problema, os detalhes técnicos do problema e, segundo, nós vamos poder encaminhar da maneira como ele achar mais conveniente , ressaltou. Haddad ainda revelou que já teria adiantado a conversa com o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Na conversa com jornalistas, Haddad comentou, ainda, que acredita que a **inflação** vai arrefecer. Ele avalia que o comportamento do câmbio deve influenciar a **inflação** dos alimentos, que acumula alta nos últimos meses, de acordo com os principais índices do país. O dólar estava a R\$ 6,10 e agora já está a R\$ 5,80. Então, isso já ajuda muito. Então, trazendo com a ação do Banco Central, a ação do Ministério da Fazenda, essas variáveis macroeconômicas se acomodam em outro patamar e isso, certamente, vai favorecer , disse o ministro.

Além da queda do dólar, Haddad acredita que as expectativas de uma safra maior podem contribuir positivamente para a queda dos preços dos alimentos em 2025.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2025/02/7052720-pacote-fiscal-permite-economizar-rs-30-bilhoes.html>

Senado deve priorizar novas regras eleitorais na volta aos trabalhos; reforma e isenção de IR também estão no radar

Por Gabriella Soares, Vinícius Cassela, GloboNews e g1 - Brasília

O futuro presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, senador Otto Alencar (PSD-BA), afirmou nesta terça-feira (4), que uma das prioridades para a comissão será votar o Novo Código Eleitoral em 2025.

A indicação de Alencar ainda não foi formalizada e nem a nova composição da comissão foi formada - o rito deve ficar para a próxima semana -, mas, nos corredores, o nome dele é tido como certo para o cargo.

A proposta de reforma eleitoral, apresentada em 2021, é relatada pelo senador Marcelo Castro (MDB-PI), que já apresentou seu texto que consolida novas regras para candidatos e partidos nas eleições.

No parecer, Castro permite a divulgação de pesquisas eleitorais na data da eleição. Pela proposta, manifestações proferidas dentro de igrejas não serão classificadas como propaganda política.

Entretanto, o relator manteve trechos aprovados pelos deputados que, segundo especialistas em transparência partidária, devem restringir a atuação da Justiça Eleitoral na fiscalização e no acompanhamento das contas.

A proposta inclui ainda a reserva de 20% das cadeiras no Congresso Nacional para as mulheres. Essa reserva de vaga não alteraria a necessidade de que 30% dos valores voltados para a eleição nos partidos precisam sejam direcionados para campanhas femininas.

Além do que está previsto no relatório, o senador Otto Alencar também quer que esteja presente no novo código a unificação das eleições municipais com as presidenciais, para que tudo aconteça uma única vez a cada quatro anos.

"Ou o Congresso acaba com a eleição de dois em dois anos ou então a eleição de dois em dois anos acaba com o Congresso", afirmou o senador em alusão a

logística política em função das eleições.

Alencar é crítico ao formato das eleições a cada dois anos, porque elas acabam exigindo dedicação regional dos congressistas por mais tempo, desviando a preocupação com assuntos nacionais.

A ideia, segundo o senador, seria estender por mais dois anos o mandato dos prefeitos para equiparar as datas das eleições, que seriam em 2030.

Pauta econômica

Outros temas que devem ser discutidos pelos senadores na CCJ logo no início de 2025 são a **reforma tributária** e a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil por mês.

A parte final da regulamentação da **reforma tributária**, sobre o Comitê Gestor, já foi aprovada pela Câmara dos Deputados. No entanto, falta ainda o aval do Senado.

Já a isenção do IR até R\$ 5 mil e a taxa mínima para os mais ricos, que ganham até R\$ 50 mil por mês, ainda precisará ser enviada pelo governo para o Congresso. O texto deve chegar ao Legislativo em março, segundo a expectativa do governo.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/02/05/senado-deve-priorizar-novas-regras-eleitorais-na-volta-aos-trabalhos-reforma-e-isencao-de-ir-tambem-estao-no-radar.ghtml>

Congresso avança em acordos para definir comandos de comissões

Brasília|Lis Cappi e Rute Moraes, do R7, em Brasília

Passada a escolha dos novos presidentes e o início oficial do ano do Congresso Nacional, as negociações entre partidos agora se voltam para lideranças e o comando de comissões. As primeiras escolhas ficam a cargo das legendas com maior número de parlamentares. Na Câmara, a prioridade é do PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro. Enquanto no Senado, é do PSD, de Gilberto Kassab.

Conforme apurou o R7, o PL na Câmara quer permanecer no comando da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), considerada a mais importante da Casa. Mas há indefinição pela presidência ter sido prometida ao MDB em 2023, em um acordo para a reeleição do agora ex-presidente Arthur Lira (PP-AL).

O entendimento da bancada, no entanto, é que a indicação não passou nas negociações com o novo presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB). No entanto, as demais lideranças partidárias alegam que a ação do PL não prosperará.

O PL também deve disputar com o PT a Comissão de Relações Exteriores. O colegiado é visto como estratégico pelas mudanças internacionais que podem ser abordadas ao longo do ano. O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) pleiteia a indicação e enviou um recado ao líder do PT, Lindbergh Farias (RJ).

"Se o Lindbergh Farias fizer tanta questão da Creden [Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional], que ele, na próxima eleição, faça uma bancada maior, o PT vire o maior partido da Casa e ele consiga pleitear, seguindo a proporcionalidade, as comissões que assim entender. Se eu fosse ele, estaria menos preocupado com a Comissão de Relações Exteriores e mais preocupado com a gasolina a R\$ 7, com a alta dos alimentos e vários outros problemas que impedem o Lula de ir a público", disse a jornalistas na terça-feira (4).

Outra comissão que deve ser alvo de disputas será a de Saúde, por deter a maior quantidade de emendas, e Educação, comandada pelo PL em 2024. Já a Comissão de Segurança Pública também está no radar do PL, que, em geral, sempre comanda o colegiado.

Entre definições mais encaminhadas, o PSD deve ficar com as comissões de Turismo - e trabalha com a indicação de Laura Carneiro (RJ). E a de Minas e Energia, com o nome de Diego Andrade (MG). O partido ainda poderá escolher a presidência da CMO (Comissão Mista de Orçamento) - que deve ser ocupado por um senador.

Apesar dos acenos, a expectativa de líderes partidários é de que as negociações continuem ao longo de fevereiro e tenham uma conclusão apenas após o carnaval, em março.

No Senado as negociações avançaram e a previsão é de que os colegiados sejam instalados a partir da próxima semana. A CCJ, principal comissão, ficará com o senador Otto Alencar (PSD-BA). O parlamentar já indicou intenção em priorizar pautas econômicas e destacou o projeto complementar à **reforma tributária**.

Alencar prevê a isenção do Imposto de Renda para trabalhadores que ganham até R\$ 5 mil. A proposta está entre as prioridades do governo para o Congresso neste ano. O partido também poderá ficar com a Comissão de Relações Exteriores.

No caso do PL, o partido deve ficar com duas comissões: de Segurança Pública, com a continuidade de Flávio Bolsonaro (RJ), e Infraestrutura, com Marcos Rogério (RO). Enquanto o PT com as comissões de Educação e do Meio Ambiente, com indicações de Teresa Leitão (PE) e Fabiano Contarato (PE), respectivamente.

Em outras frentes, há expectativa de que Renan Calheiros (MDB-AL) fique com a Comissão de Assuntos Econômicos e Marcelo Castro (MDB-PI) com a Comissão de Assuntos Sociais. O partido também deverá ficar com a Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, mas ainda não há uma definição de nome.

O Republicanos ficará com a Comissão de Direitos Humanos e prevê confirmar o nome da senadora Damares Alves (DF). Confirma a provável formação das comissões do Senado:

Site: <https://noticias.r7.com/brasil/congresso-avanca-em-acordos-para-definir-comandos-de-comissoes->

05022025/

Taxas de Trump derrubam dólar

ROSANA HESSEL

No mesmo dia em que a China deu o troco ao tarifaço dos Estados Unidos, o dólar voltou a cair, ontem, pelo 12º pregão consecutivo - a maior sequência de queda desde o início do Plano Real, em julho de 1994. Após recuar ao piso diário de R\$ 5,757, a divisa norte-americana oscilou em torno de R\$ 5,76 ao longo do dia e terminou cotada a R\$ 5,772 para a venda, menor patamar desde 19 de novembro de 2024, com queda de 0,75%.

A retaliação chinesa ocorre no mesmo dia em que começou a valer a nova taxa de 10% imposto por Donald Trump sobre os produtos importados chineses. As tarifas chinesas entram em vigor na próxima segunda-feira (10) e incluem um imposto de 15% sobre carvão e gás natural liquefeito, e taxa de 10% sobre petróleo, máquinas agrícolas, caminhonetes e alguns carros de luxo.

Na véspera, Trump adiou em um mês a taxação em 25% sobre os produtos do México e do Canadá, que integram o Nafta, acordo de livre-comércio entre os países da América do Norte.

O governo chinês alegou que Washington violou as regras do comércio internacional, regidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), ao impor aumento unilateral de tarifas. O ministério do Comércio da China anunciou ainda que apresentará uma queixa à OMC para intervir a fim de "salvaguardar seus direitos e interesses legítimos".

Essa briga entre as duas maiores potências globais e os principais parceiros comerciais do Brasil ainda deve ter desdobramentos, mas ainda não está claro qual será o verdadeiro impacto no mercado brasileiro. Não à toa, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sinalizou cautela e tem evitado comentar o assunto.

Na avaliação de Rubens Barbosa, ex-embaixador do Brasil em Washington e presidente do Instituto Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice), é recomendável que o governo brasileiro fique bem quieto, porque ainda não há nada concreto contra o Brasil. "A melhor atitude é acompanhar de perto os acontecimentos e a reação dos dois importantes parceiros comerciais do Brasil.

É preciso muito cuidado com um e com outro para não perder as relações políticas e econômicas com cada

um deles", orientou.

Para o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, essa nova guerra comercial travada pelos Estados Unidos e seus principais parceiros comerciais, podendo se estender para União Europeia, é um jogo que só terá perdedores. "Vai ser difícil alguém ganhar nessa briga. Pontualmente, alguém pode ganhar, mas, nesse jogo, todos perdem", resumiu.

Castro engrossou o coro com Barbosa ao defender que o governo brasileiro fique bem quieto, a fim de evitar que qualquer atrito com os Estados Unidos, ou com a China. "O saldo da balança comercial entre o Brasil e os EUA é superavitário para os norte-americanos.

O Brasil sempre perdeu, historicamente, e quase empatou ano passado. E, se não fizermos o nosso dever de casa para diminuir o famoso custo logístico das nossas exportações, os produtos manufaturados brasileiros continuarão sendo pouco competitivos para os mercados norte-americano e europeu", destacou. "O custo Brasil continua alto, e não há condições de o país exportar para os EUA.

Temos que torcer para conseguir exportar manufaturados para os vizinhos da América do Sul. As exportações atuais são entre matrizes e filiais, tanto dos EUA quanto da Europa", explicou.

O presidente da AEB avaliou que Trump atirou sem olhar para as consequências das suas medidas, uma vez que ele mesmo estimulou que empresas norte-americanas fossem para o México para reduzir a dependência de importações de componentes chineses, dentro do conceito de "nearshore", ou seja, trazer os parceiros comerciais mais próximos.

Incertezas

Na avaliação do especialista em comércio exterior, o dólar caiu novamente, mas não dá para ter certeza se haverá acomodação nesse novo patamar, abaixo de R\$ 5,80.

"O dólar caiu muito mas não é bom tirar proveito, porque Trump toma decisões por impulso e isso é muito ruim, porque estamos perdendo a previsibilidade. Para o Brasil, isso é péssimo, porque não há nada definitivo nesse momento e tudo pode mudar a qualquer momento", ressaltou.

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6953/05-02-2025.html?all=1>

E, devido aos recuos de Trump em relação ao México e ao Canadá, mostra que o câmbio ainda apresentará muita volatilidade, na avaliação do especialista em relações internacionais Wagner Parente, CEO da BMJ Consultores Associados.

"Cada semana vai ter algum anúncio desse tipo e vai ser um sobe e desce no câmbio e nas bolsas. Esse cenário é péssimo para os investimentos de médio e longos prazos, porque o aumento das incertezas afugenta os investidores", alertou. Na avaliação dele, é bem provável que Trump busque algum acordo quando as taxas de **inflação** começarem a subir nos Estados Unidos devido ao aumento dos **tributos** sobre os produtos importados e da deportação de trabalhadores ilegais - que vai encarecer a mão de obra dos serviços em geral.

Os especialistas reconheceram que o Brasil pode ser impactado positivamente com a taxação de produtos chineses pelos EUA e de produtos norte-americanos na China, porque ambos os países podem buscar mercados alternativos, mas isso poderá durar pouco tempo. Vitor Agnello, analista educacional da CM Capital, acrescentou que alguns setores nacionais podem ficar mais competitivos e as ações de empresas desses segmentos podem registrar valorização na Bolsa. Ele citou como exemplos as ações da Petrobras, por ser a principal empresa exportadora de petróleo do país, as da Embraer por exportar tecnologia em aviação e aviões, que é uma demanda grande da China e dos EUA, a Weg, que exporta muitas peças de veículos e motores, e as da Vale, por abrir uma possibilidade de negócio de metais fortes, que é uma demanda americana para o desenvolvimento de suas tecnologias. Contudo, Agnello ressaltou que, no momento, o câmbio abaixo de R\$ 5,80, não tem nada a ver com as preocupações com o mercado doméstico. "Por enquanto, os discursos de Trump estão mexendo com o mercado e ainda não temos uma análise sólida para onde essa briga comercial vai. Não temos como prever o que é imprevisível", disse.

Assim como o dólar, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) encerrou o dia de ontem em queda. O Índice Bovespa (IBovespa), principal indicador da B3, recuou 0,65%, para 125.147 pontos, enquanto as bolsas internacionais voltaram a subir.

Em Nova York, o Índice Dow Jones encerrou com leve valorização, de 0,30%, e a Nasdaq, bolsa das empresas de tecnologia, avançou 1,35%. O índice pan-europeu Stoxx 600, por sua vez, fechou em alta de 0,26%.

Site:

Inelegibilidade de 8 anos da Ficha Limpa é 'tempo extenso', diz Motta

O novo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), fez ontem um aceno a Jair Bolsonaro (PL) ao afirmar que considera o prazo de oito anos de inelegibilidade previsto na Lei da Ficha Limpa "um tempo extenso". A declaração, em entrevista à CNN Brasil, ocorre em meio à articulação do ex-presidente pela alteração na lei para reduzir esse tempo de oito para dois anos, como mostrou o blog da jornalista Andréia Sadi no g1.

- Oito anos são quatro eleições, é um tempo extenso na minha avaliação-disse Motta à CNN.

O deputado reconheceu os avanços permitidos pela Lei da Ficha Limpa e afirmou que o tema será debatido caso haja interesse de partidos e parlamentares:

- A Lei da Ficha Limpa trouxe muitas mudanças. Hoje, o Brasil já está adaptado com essa lei, há uma compreensão de que a lei foi boa. Se houver interesse de algum partido, de algum parlamentar em discutir isso, e aí entra o cenário de 2026, que se começou a falar para tratar a inelegibilidade de Bolsonaro. Aí o Congresso vai discutir, o Congresso é soberano. Esse não foi um tema (sobre o qual) eu dialoguei com os líderes para sentir o ambiente sobre a necessidade ou não de uma mudança na Lei da Ficha Limpa.

Em entrevista ontem à GloboNews, Motta enfatizou que "essa ou qualquer outra matéria que chegue à presidência da Casa" serão tratadas com "muita transparência, previsibilidade e planejamento".

O blog de Sadi havia mostrado que a oposição, em paralelo ao projeto da anistia aos envolvidos nos ataques de 8 de janeiro, decidiu apostar na alteração da lei. Sobre o perdão ao grupo que atacou e vandalizou as sedes dos três Poderes, Motta ressaltou à GloboNews que o colégio de líderes tem papel decisivo sobre a pauta da Câmara. O deputado disse ainda não querer que o tema seja um fator que aumente o tensionamento entre o Judiciário, o Legislativo e o Executivo.

Em dois julgamentos em 2023, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tomou Bolsonaro inelegível por 8 anos, por abuso de poder político e uso indevido de meios de comunicação nas eleições de 2022. O ex-presidente também foi indiciado pela Polícia Federal nas

apurações da trama do golpe, por suposta fraude no cartão de vacinação para viajar aos Estados Unidos e pelas jóias da Arábia Saudita.

Na entrevista à GloboNews, Motta mandou ainda um recado ao Palácio do Planalto, com críticas aos sigilos de 100 anos **impostos** pelo governo federal. Ele cobrou transparência a todos os Poderes:

-No Executivo, temos decreto de sigilo de 100 anos. Isso a população não aceita mais. A transparência tem que ser total. Instituir, talvez, um grande sistema de transparência, pelo Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) ou Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras).

Mesmo após criticar a gestão Bolsonaro na campanha de 2022 pela imposição de sigilos de 100 anos, o governo Lula manteve a prática em patamar semelhante ao do antecessor.

Outro tema defendido por Motta foi o debate sobre o parlamentarismo no país como novo modelo de sistema político. O deputado disse que essa mudança não seria para 2026, mas discutida a longo prazo:

- A discussão se faz necessária por um período, até para que a população entenda. Já temos esse modelo em vários países da Europa.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

China reage, mostra força e impõe tarifas aos EUA

A China reagiu ontem às tarifas sobre importações impostas pelos EUA aplicando suas próprias taxas aos exportadores americanos. A medida mostra a disposição de Pequim de reagir às ameaças de Donald Trump de usar o comércio internacional como arma para obter concessões políticas.

No mesmo dia em que entravam em vigor os 10% de tarifas adicionais imposta por Trump a quaisquer produtos e serviços chineses que entram nos EUA, o Ministério do Comércio da China anunciou a tarifa de 15% sobre o carvão e o gás natural liquefeito, assim como os 10% sobre o petróleo, equipamentos agrícolas e alguns veículos do tipo SUVs vendidos pelos EUA.

A retaliação da China também expandiu os controles de exportação sobre remessas de tungstênio, molibdênio e outros minerais críticos usados em baterias e em novas tecnologias. Empresas americanas, incluindo a fabricante de roupas PVH, que a Calvin Klein como uma de suas marcas, e a empresa de biotecnologia Illumina, foram adicionadas a uma lista de "entidades não confiáveis".

Separadamente, o regulador de mercado da China disse que estava iniciando uma investigação oficial sobre o Google por suposta violação da lei antitruste. A declaração não forneceu mais detalhes sobre a investigação-que dá a entender que a resposta chinesa se estenderá à ampliação do rigor normativo do regime. O Google/Alphabet saiu do mercado chinês em 2010 em meio a disputas sobre censura.

"A imposição de tarifas pelos EUA sobre exportações chinesas é uma violação séria das regras [da Organização Mundial do Comércio (OMC)]", disse um porta-voz do ministério chinês, justificando a medida. O representante criticou o comportamento dos EUA como "de má natureza, típico de unilateralismo e uma forma condenável de protecionismo comercial".

Wendy Cutler, ex-negociadora comercial dos EUA, disse ao jornal americano "The New York Times" que as várias medidas eram um sinal da China sobre a gama de opções que ela tem para responder às ações comerciais de Trump. "Essa abordagem de menu não é surpreendente", disse ela. "Pequim vem construindo sua caixa de ferramentas há algum tempo", afirmou.

A retaliação da China ocorreu minutos após o prazo final para a política de tarifas de 10% de Trump entrar em vigor. A Casa Branca disse que está punindo Pequim por uma alegada falta de empenho em ajudar a conter o contrabando do opioide fentanil nos EUA. Pouco antes, Trump tinha suspendido por 30 dias os planos de aplicar tarifas de 25% ao Canadá e ao México, vizinhos que ele culpa pelo mesmo problema e por não conterem a imigração ilegal.

Cameron Johnson, sócio da Tidalwave Solutions, uma consultoria de cadeia de suprimentos de Xangai, disse que as reações da China foram "silenciosas" até agora, embora o país pareça "muito mais confiante" em revidar em comparação a quando Trump iniciou uma guerra comercial durante seu primeiro mandato.

As novas tarifas dos EUA chegaram além das taxas que Trump já impôs às exportações da China gradualmente, começando em 2018 e atingindo mais de US\$ 400 bilhões em bens - de máquinas de café a laptops e bicicletas. Uma estimativa do ANZ disse que a última rodada eleva a taxa geral de tarifas sobre produtos chineses de cerca de 13% para 23%.

As taxas de Trump também se aplicam a milhões de pacotes no valor de US\$ 800 ou menos que chegam aos EUA diariamente, dando um golpe nas marcas de comércio eletrônico chinesas Shein e Temu. Elas se beneficiaram até agora de uma política americana de isenção de **impostos** sobre tais encomendas, usando-a para ganhar participação de mercado.

Alguns investidores estavam esperançosos de que a China e os EUA chegassem a um acordo para evitar uma guerra comercial. Especulações sobre uma conversa entre Trump e o presidente chinês, Xi Jinping não se concretizaram, embora fontes em Washington e em Pequim afirmem que um telefonema entre os dois deva se dar nos "próximos poucos dias". "Está tudo bem", disse Trump, ontem, na Casa Branca quando indagado sobre a retaliação da China.

Alguns economistas estimam que as tarifas à China, se mantidas em 10%, terão um impacto limitado no crescimento do país em comparação com a primeira guerra comercial com Trump.

Isso ocorre em parte porque a participação das exportações diretas chinesas para os EUA tem

diminuído constantemente desde 2018, à medida que mais fabricantes desviaram a produção para outros lugares para evitar **impostos** americanos. Nos primeiros 11 meses de 2024, menos de 15% das exportações chinesas foram para os EUA, o menor nível desde 2001.

Além disso, espera-se que os líderes chineses revelem mais medidas de estímulo fiscal este ano, para ajudar a atingir uma meta de crescimento de cerca de 5%, que provavelmente se definirá na reunião legislativa anual em Pequim, em março.

Antes da retaliação de ontem, a China já havia prometido processar os EUA na Organização Mundial de Comércio (OMC). Mas muitos observadores creem que o país está disposto a negociar. Pequim pausou a compra de soja do Brasil nos últimos meses, no que foi visto como um sinal de que pode liberar espaço para importações dos EUA. (Com agências internacionais)

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188109?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188109?page=1§ion=1)**

Orçamento rígido afeta crescimento nas cidades do Nordeste

Por Rafael Vazquez - De São Paulo Este trecho é parte de conteúdo que pode ser compartilhado utilizando o link

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/02/05/orcamento-rigido-afeta-crescimento-nas-cidades-do-nordeste.ghtml> ou as ferramentas oferecidas na página. Textos, fotos, artes e vídeos do Valor estão protegidos pela legislação brasileira sobre direito autoral. Não reproduza o conteúdo do jornal em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização do Valor (falecom@valor.com.br). Essas regras têm como objetivo proteger o investimento que o Valor faz na qualidade de seu jornalismo.

Os municípios da região Nordeste apresentam um elevado gasto público com pessoal, o que aumenta o grau de rigidez do orçamento e se torna um obstáculo para o fornecimento de serviços de qualidade e para fazer investimentos. É o que mostra um estudo que o Valor teve acesso com exclusividade feito pelo Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre/NE).

Com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional, os pesquisadores do FGV Ibre/NE identificaram que a região Nordeste é onde historicamente os municípios destinam a maior parcela de seu orçamento às despesas com pessoal (ver quadro). Trata-se de despesas englobam gastos com servidores ativos, inativos e pensionistas, incluindo vencimentos, vantagens fixas e variáveis, aposentadorias, pensões, gratificações, horas extras e encargos sociais, além das contribuições previdenciárias feitas pelo ente público, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Os dados em série ainda mostram que, entre o período de 2017 e 2021, os municípios de todas as regiões reduziram seus gastos com pessoal, enquanto no Nordeste o percentual se manteve estável, caindo de forma significativa apenas em 2022, após a pandemia. Na visão dos autores do estudo isso é uma evidência de o grau de rigidez orçamentária dos municípios do Nordeste seja maior do que o das outras regiões.

Por outro lado, o percentual médio das despesas orçamentárias dos municípios do Nordeste destinadas a investimentos públicos apresenta as menores

proporção de investimentos em relação as demais regiões (ver quadro abaixo), o que reforça uma limitação significativa na capacidade de direcionar recursos para projetos de longo prazo. Conforme mostra o estudo, em 2023, em média, os municípios nordestinos destinaram menos de 8% de seus orçamentos para investimentos públicos, enquanto que a média para as demais regiões foi superior a 10%.

Segundo o pesquisador e coordenador do Centro de Estudos do Desenvolvimento do Nordeste do FGV Ibre, Flávio Ataliba, a configuração dos dados observados reflete uma dinâmica que se perpetua entre os municípios brasileiros, porém de forma mais acentuada no Nordeste. "Vemos um orçamento mais rígido, com grande parte dos recursos comprometidos com gastos com pessoal, o que limita a capacidade de investimentos públicos", diz.

Incapacidade de arrecadação está muito associada à alta informalidade vista na região"

- Rafael Barbosa

Conforme explica Rafael Barros Barbosa, que assina o estudo junto com Ataliba e Francisco Mário Martins, existem dois elementos principais que fizeram, ao longo da história, os municípios nordestinos terem pouco espaço fiscal para financiar o próprio desenvolvimento. "Uma das causas, que é estrutural, é que os municípios nordestinos, em geral, têm pouca capacidade de arrecadar **tributos** pela atividade econômica. É uma incapacidade de arrecadação que está muito associada à alta informalidade vista na região", observa.

O outro elemento destacado por Barbosa a características da história política da região. "Historicamente, enrijecer a economia é um ativo importante para determinados grupos e dinastias garantirem o poder político em determinados territórios. Utilizar a máquina pública para dar empregos ajuda a garantir poder", analisa.

Os pesquisadores comentam que a correlação entre esses elementos é intrínseca, embora ainda sejam necessários estudos mais aprofundados para determinar cientificamente se os gastos elevados das prefeituras com pessoal é consequência da atividade

econômica menos dinâmica nos municípios nordestinos ou se é o contrário, com gestões mal-intencionadas enrijecendo metodicamente os orçamentos para perpetuar a influência política de pequenos grupos.

As evidências encontradas pelo estudo é que, assim como foi observado na pandemia de covid-19, municípios com maior rigidez fiscal acabam sendo mais afetados nos resultados de saúde e educação, por exemplo, além de terem pouca capacidade para combater adversidades causadas por choques climáticos como as secas no sertão nordestino.

Como resultado da maior rigidez, há diminuição da capacidade dos gestores públicos de direcionar recursos para áreas prioritárias, dificultando a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico e a resposta a novas demandas da sociedade", diz Barbosa.

O estudo aponta também que, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o limite prudencial para gastos com pessoal é atingido quando as despesas totais com pessoal superam 95% do teto permitido, o que corresponde a 57% da receita corrente líquida. No caso das prefeituras, o descumprimento da LRF ocorre quando esses gastos ultrapassam 54% da receita corrente líquida. E, neste quesito, mais uma vez o Nordeste aparece com o percentual mais alto entre as regiões brasileiras de municípios que ultrapassam esse limite.

Os dados mostram que cerca de 56% dos municípios do Nordeste já superaram o limite estabelecido pela LRF, enquanto na região Sul a proporção é 34% e no Sudeste é 32%. No Norte, 46% dos municípios apresentaram uma razão entre gastos com pessoal e receita corrente líquida superior a 54%, e no Centro-Oeste a proporção de prefeituras com esse problema é de 41%.

Outro fator importante que contribui para um orçamento mais rígido, de acordo com autores do estudo, é dado pela exigência de cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabelecem níveis mínimos de gastos - particularmente para os setores de educação e saúde.

No caso da educação, por exemplo, o artigo 212 da Constituição Federal de 1988 determina que Estados, Distrito Federal e municípios devem destinar, no mínimo, 25% de sua receita líquida corrente à manutenção e desenvolvimento do ensino. Para a saúde pública, a legislação exige que, pelo menos, 15% da receita corrente líquida sejam alocados em ações e serviços de saúde.

Embora tais exigências tenham sido instituídas com o objetivo de assegurar o acesso a direitos sociais básicos, Ataliba comenta que diminuem ainda mais a flexibilidade fiscal dos municípios. "É mais um recurso amarrado na mão do gestor municipal e dificulta a alocação caso identifique que a prioridade é outra. Uma caricatura típica do Brasil é o prefeito que manda pintar três vezes a escola no mesmo ano só para justificar que está gastando com educação. Há desperdícios em muitos casos", diz Ataliba. "Investir em educação e saúde é salutar, mas temos pouca comprovação de que esses mínimos constitucionais estão sendo eficazes da maneira como está estipulado hoje", pondera.

Apesar das conclusões críticas, os pesquisadores do FGV Ibre/NE apontam que a dinâmica imposta no Ceará, que deu resultados positivos notáveis na educação, é um modelo capaz de reverter o cenário. "Não precisa ser assim para sempre. O quadro pode ser revertido se os governos estaduais ou mesmo o governo federal desenharem políticas públicas de forma correta, exigindo contrapartidas de resultados melhores que permitem as prefeituras a obter mais recursos", diz Ataliba.

"Essa rigidez [orçamentária dos municípios nordestino] é preocupante, mas não é incontornável", completa Barbosa.

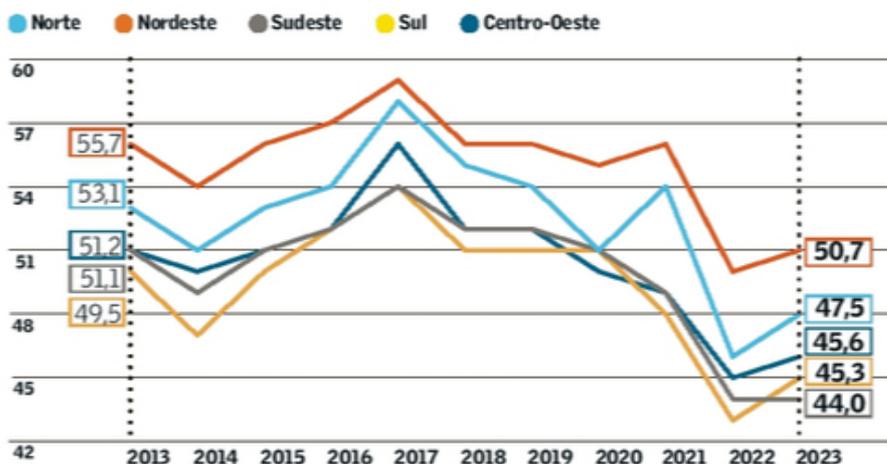
Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188109?page=1§ion=1>

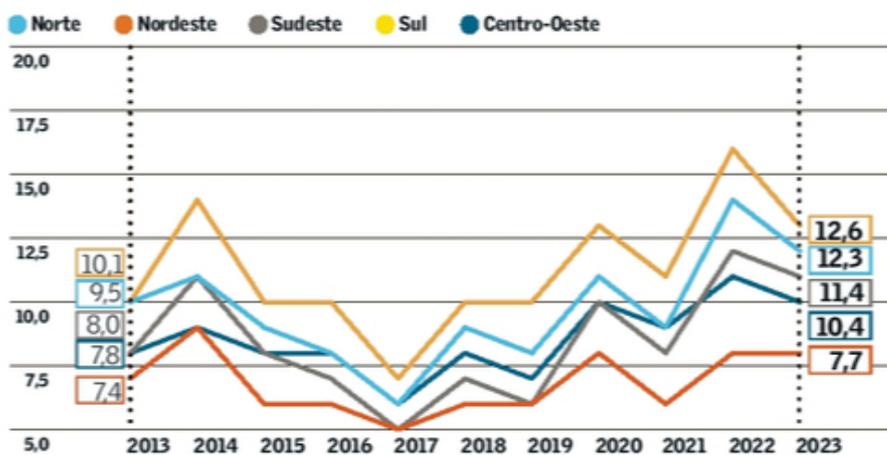
Aperto

Dados apontam incapacidade fiscal de cidades do Nordeste

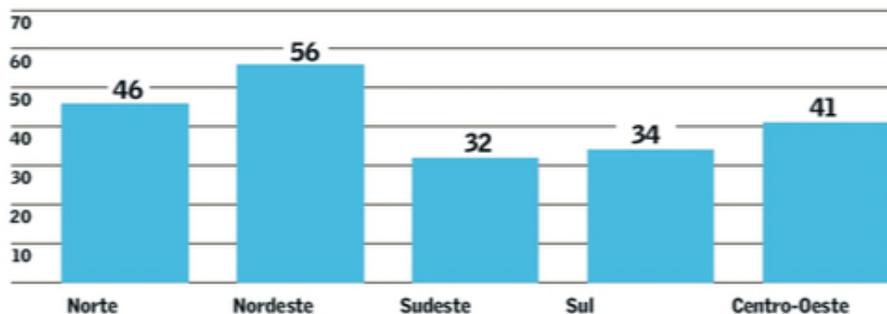
Evolução percentual da razão dos gastos com pessoal pelos gastos totais dos municípios



Evolução percentual da razão dos gastos em investimentos pelos gastos totais dos municípios por região



Proporção de municípios que ultrapassaram limite prudencial de gastos com pessoal em 2023 em %



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional

'Taxa das blusinhas' nos EUA pode ser pior do que parece

Adriana Mattos De São Paulo

A decisão do presidente dos EUA, Donald Trump, de taxar remessas de produtos chineses, inclusive na venda on-line, volta a colocar no centro do debate o processo de desglobalização do varejo no mundo.

Desde o meio-dia de ontem (horário de Washington), passou a valer a cobrança dos 10% sobre as remessas enviadas aos EUA e oriundas da China de até US\$ 800 - desde 2016, havia isenção de impostos para essa faixa de gastos.

Mas é bem provável que, mesmo uma eventual reorganização de forças, mude pouco a competitividade em preços dos chineses, como Temu e Shein, no mercado americano. O problema central pode ser outro-isso, se a taxa anunciada sobre as remessas, em 10%, fique mesmo nisso.

A compra direta, pelas plataformas asiáticas, de milhares de produtos de lojistas da região-são cerca de 6 mil fábricas apenas de roupas abastecendo a Shein na China todos os dias-toma o país um motor de produtividade.

Na Temu, empresa da gigante de tecnologia PDD, são cerca de 12 milhões de vendedores e fabricantes chineses na plataforma.

Trump vem se mexendo rápido, mas no mercado das grandes plataformas globais, os asiáticos têm escala, eficiência e poder de atração de lojistas para mitigar a alta do imposto nos envios de produtos aos EUA, dizem executivos.

Quase um terço (30%) de todos os pacotes de baixo valor que chegam anualmente ao mercado americano é encomendado nos sites e "apps" da Temu e Shein, segundo a agência "Reuters". A alfândega dos EUA teve um aumento de 600%, desde 2016, em remessas asiáticas de até US\$ 800.

Na prática, portanto, a maior pressão que os chineses devem sentir deve ser outra: o tamanho da burocratização que pode ser gerada para a entrada dessas mercadorias taxadas no solo americano. Analistas internacionais já estão de olho nesse risco.

Trata-se de algo que Temu, Shein e Alibaba não têm

como controlar. Prazos de entrega afetam diretamente a decisão de escolha do site ou "app", e impactam no nível de serviço ao cliente medido religiosamente pelos grupos.

"Os chineses têm um modelo vencedor, e não são só agressivos em preços, mas na construção de uma estratégia focada em entretenimento e 'gamificação' da compra que não tem igual", diz Alberto Serrentino, fundador da Varese Re-tail, e que esteve em visita à Amazon, em Nova York, em janeiro.

"A questão é que as barreiras que eles devem enfrentar não são apenas tarifárias. Após a taxa dos 10%, os EUA ainda podem tornar os despachos [na alfândega] muito mais lentos, o que é ruim para uma empresa que compete com a Amazon", disse ele.

Ontem, o Valor fez simulações nos sites de Temu, Shein e Alibaba dos EUA, e ainda não havia indicação de repasse das taxas nas compras. Normalmente, empresas alertam quando há mudanças na hora de concluir a compra. E os prazos de entrega da Temu para praças como Washington e Nova York ainda eram em tomo de 7 dias-dentro da média dos sites asiáticos.

Guardadas as devidas proporções, a América de Donald Trump em 2025 pode ser o Brasil de 2024, quando o país decidiu, após muita grita das redes brasileiras, acabar com a isenção nos envios ao Brasil de até US\$ 50, para empresas participantes do programa "Remessa Conforme".

Só que apesar de certas semelhanças entre os países, afetados pela escalada de venda dos chineses, a questão é mais complexa do que parece nos EUA, onde há um movimento protecionistas do governo.

Trump diz que a medida foi uma reação à invasão do fentanil nos EUA, pelas plataformas estrangeiras - apesar de o mercado ver nessa medida uma forma de proteger as plataformas americanas. E entre elas, a Amazon, de Jeff Bezos, que anda bem mais próximo deste governo do que na gestão de Trump I.

A empresa deve ser beneficiada pelo possível efeito nas vendas das asiáticas, mas pode ter que lidar também com consequências em seu próprio negócio.

A Amazon tem centros de distribuição na China e no México, de produtos vendidos nos EUA, e sua importação ficará mais cara.

Inclusive, ciente do risco de um aumento de tarifa a itens chineses -Trump faz ameaças deste tipo há meses-, a Amazon já teria elevado o estoque de produtos chineses em certos centros de distribuição nos EUA, diz uma fonte de um marketplace asiático no país, ouvida ontem pelo Valor.

Mais de metade de tudo que a Amazon vende nos EUA vem de lojistas terceiros, e parte deles são chineses, segundo balanço anual.

Com base em pesquisa da reportagem no site de dados Statista, 70% dos produtos vendidos pela Amazon americana são da China. Em 2023, pela primeira vez na história, a empresa admitiu, inclusive, que os vendedores chineses já formam uma "porção relevante" do negócio.

De acordo com um prestador de serviço da Amazon no Brasil, a empresa acaba de lançar, no mercado americano, uma operação específica de venda de "bugigangas" baratas da China, o Amazon Haul, com preços de até US\$ 20.

"O Haul começou em novembro e ainda é pequeno, pelo que sabemos. O ponto nem é tanto o Haul, mas como a Amazon vai acomodar a tributação dos seus importados em geral da China. Como ela é forte na negociação, e é bem dura com aumento de preços, ela também tem capacidade de administrar essa alta", diz ele.

"Ainda acredito que, já antevendo o risco de tributação, eles já aumentaram a leva de lojistas americanos na Amazon", afirma esse prestador de serviços.

Segundo ele, apesar de os 10% não representarem uma taxa relevante, as asiáticas também tendem a se mexer, e buscar mais fornecedores nos EUA, para aumentar a nacionalização. E podem absorver, globalmente, parte dos custos desse aumento de imposto nos EUA.

É dentro desse processo de busca de parceiros locais que a "desglobalização" das plataformas estrangeiras- cujo foco de atuação é ser mais eficiente e ter lojistas globais-voltou ao debate entre analistas nos últimos dias. Ontem, a China já revidou e tributou entre mais 10% a 15% os produtos dos EUA.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188109?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188109?page=1§ion=1)**

Lula pede, e Múcio aceita ficar na Defesa por mais um ano

Por Fabio Murakawa, Valor - Brasília

O ministro da Defesa, José Múcio, decidiu permanecer no cargo e não será substituído na esperada **reforma ministerial** que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende fazer nas próximas semanas. Múcio, que estava decidido a deixar o posto, atendeu a um apelo feito pelo próprio Lula em uma reunião na sexta-feira (31) no Palácio do Planalto, segundo fontes do governo. Assim, o ministro deverá permanecer na Esplanada ao menos até o fim do ano.

Nomes como o vice-presidente, Geraldo Alckmin, e o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, já foram citados como possíveis substitutos de Múcio. Nenhum dos dois, no entanto, demonstrou interesse em assumir a pasta.

O mais importante, no entanto, é que na opinião de Lula não há ninguém mais adequado para conduzir o ministério neste momento do que Múcio.

Com excelentes relações com as Forças Armadas, o pernambucano foi fundamental no processo de pacificação entre os militares e o governo petista após o alinhamento da caserna com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ao longo de seu mandato (2019-2022), a convivência dos quartéis com atos golpistas após a eleição e o traumático quebra-quebra de 8 de Janeiro de 2023, que resultou na depredação das sedes dos três Poderes em Brasília.

A costura para deslocar Alckmin para a Defesa era defendida por parte do entorno de Lula a fim de abrir uma vaga no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) na **reforma ministerial**. Há uma articulação no Planalto para que o ex-presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), assumira a pasta.

Esse movimento tem como objetivo cristalizar o apoio do PSD ao governo e aumentar as chances de a legenda, comandada por Gilberto Kassab, integrar a aliança que tentará a reeleição de Lula em 2026.

Alckmin, no entanto, deseja permanecer à frente do Mdic, cargo que acumula com a Vice-Presidência. E integrantes de sua equipe afirmam que, além do que consideram um bom trabalho já desenvolvido, ainda há o que ser feito por lá.

Mesmo assim, segundo apurou o Valor, Lula deseja que Pacheco assumira o Mdic. Fontes informadas sobre as articulações afirmam que Alckmin passaria a ocupar-se, exclusivamente, da Vice-Presidência, mas com mais atribuições. Ou seria reacomodado em outra pasta, a ser definida por Lula.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188109?page=1§ion=1>

Lula afirma que vai taxar produtos dos EUA se tarifaço de Trump se estender para o Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta quarta-feira que vai taxar os produtos dos Estados Unidos se o tarifaço implementado por Donald Trump se estender ao Brasil.

- É lógico, é o mínimo de defesa, o governo merece utilizar a lei da reciprocidade. Você tem na organização mundial do comércio uma permissão para que você possa taxar qualquer produto até 35%. Para nós o que seria importante seria os EUA baixar a taxaço e nós baixarmos a taxaço. Mas se ele e qualquer país aumentar a taxaço do Brasil, nós iremos utilizar a reciprocidade e taxá-los também. Isso é simples e muito democrático, não há porque ficar tentando colocar uma questão ideológica nisso - disse Lula.

O presidente também criticou as falas de Trump de que os Estados Unidos irão assumir o controle da Faixa de Gaza no processo de reconstrução do enclave, após quase um ano e meio de guerra.

Questionado sobre a declaração em entrevista a emissoras de rádio de Minas Gerais na manhã desta quarta-feira, o petista afirmou que as pessoas precisam parar de falar aquilo que lhe vem na cabeça e começar a falar aquilo que é razoável :

--- Estamos vivendo um momento que quanto mais coisas irreais você falar, mais você tem destaque na mídia internacional. Não tem sentido o presidente dos Estados Unidos se reunir com o presidente do Israel e falar que vai ocupar Gaza. Os palestinos vão para onde? (...) O que aconteceu em Gaza foi um genocídio e eu sinceramente não sei se os EUA, que fazem parte de tudo isso, seria o país para tentar cuidar de Gaza.

Ao lado do premier israelense, Benjamin Netanyahu, na terça-feira, Trump ainda defendeu que os quase 2 milhões de palestinos que vivem no enclave sejam realocados, de forma permanente, em outros países, avançando em um plano apresentado por ele na semana passada. As declarações podem pôr em risco o cessar-fogo acordado entre Israel e o grupo terrorista Hamas, que Trump disse "querer assegurar que seja eliminado".

- Os EUA tomarão conta da Faixa de Gaza e nós também faremos um trabalho ali - disse Trump. - No que diz respeito a Gaza, faremos o que for necessário. Se for necessário [enviar tropas], faremos isso.

Trump não deixou nada claro na anunciada ocupação de Gaza pelos americanos, mas nos poucos detalhes que ele apresentou, disse que os EUA poderiam atuar no desmantelamento de bombas, na demolição de prédios destruídos e criar um desenvolvimento econômico que forneceria empregos ilimitados e habitação para as pessoas da região .

Na segunda-feira da semana passada, a pesquisa Genial/Quaest mostrou que o índice de aprovação ao governo Lula recuou cinco pontos, de 52% para 47%, e ficou pela primeira vez atrás do percentual dos que reprovam a atual gestão. Segundo o levantamento, 49% agora dizem desaprovam o presidente, dois pontos a mais do que o índice dos que aprovam.

Os segmentos que puxaram a piora foram aqueles que costumam despontar - e ainda despontam - como base de sustentação de Lula. Eleitores de baixa renda e moradores do Nordeste registraram quedas de sete e oito pontos na aprovação, respectivamente. Para o instituto, o cenário resulta da mistura entre frustração com promessas não cumpridas.

Já o governo vê o aumento do preço dos alimentos e a crise envolvendo o Pix como os principais responsáveis pelo tombo na aprovação da gestão. O Planalto aposta na mudança da comunicação, com a substituição do petista Paulo Pimenta pelo publicitário Sidônio Palmeira na Secretaria de Comunicação Social (Secom), para reverter o quadro.

Sidônio assumiu um dia antes de o governo decidir recuar na portaria do Pix, em 14 de janeiro, com o compromisso de intensificar a atuação do governo nas redes sociais, de olho no enfrentamento ao bolsonarismo e à disseminação de Fake News. Ele defende que mentiras e desinformações têm criado uma cortina de fumaça que impede que as ações da gestão cheguem à população brasileira, e que a gestão precisa saber se antecipar a isso.

A indefinição na **reforma ministerial** planejada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva acentuou a disputa por espaços entre partidos e integrantes do governo. O Palácio do Planalto ainda não esclareceu as possibilidades reais às legendas. No Congresso, as principais contendidas envolvem PSD, PP e União Brasil.

O nó da possível dança das cadeiras levou o PSD, por exemplo, a tentar barrar o nome do ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) para o Ministério da Agricultura. A hipótese de Lira ocupar a vaga hoje com Carlos Fávaro, indicado pelo PSD no Senado, fez com que parlamentares do partido de Gilberto Kassab tentassem inviabilizá-lo.

Nas tratativas entre parlamentares, há até mesmo dois desenhos da Esplanada: um de congressistas favoráveis ao pleito do PSD e outro favorável a Lira.

A cobiça existe apesar das críticas recentes de Kassab ao governo. O presidente do PSD declarou que Lula "perderia a eleição" se o pleito fosse hoje. Já Lira, em entrevista ao GLOBO, fez ressalvas sobre a condução da economia e disse que o presidente deveria mudar o governo "de baixo para cima".

A Esplanada que atenderia ao ex-presidente da Câmara e ao atual presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), teria o deputado do PP na Agricultura, o líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bulhões (AL), na Secretaria de Relações Institucionais, e o líder do PSD, Antonio Brito (BA), no Desenvolvimento Social, como forma de compensação pela perda da Agricultura.

Do lado do PSD, no entanto, a prioridade é ter o Turismo, que hoje está com Celso Sabino, do União Brasil, e deslocar esse partido para Ciência e Tecnologia, atualmente nas mãos do PCdoB. Brito tem dito que não assumiria o Desenvolvimento Social se for para perder a Agricultura.

Embora alguns parlamentares deem como certo Isnaldo na SRI, não está descartado que o ministério siga com o PT. Os líderes do governo na Câmara, José Guimarães (CE), e no Senado, Jaques Wagner (BA), e até a presidente do partido, Gleisi Hoffmann, são citados como possibilidade.

A intenção do líder da sigla é fazer com que André de Paula saia do Ministério da Pesca e assuma o Turismo.

Em um aceno ao ministro da Agricultura, a bancada do PSD convidou ontem Fávaro para participar da primeira reunião de bancada da sigla do ano. Na saída

do encontro, o líder do PSD fez questão de dizer que a conversa, entre outros assuntos, com pedidos de emendas para a área da Agricultura, serviu para demonstrar o apoio do partido ao ministro.

- Debateremos longamente sobre a questão orçamentária. E a bancada demonstrou sua satisfação com o ministro Carlos Fávaro e também com o que tem na relação com o Ministério da Agricultura do governo federal - disse Brito.

Perguntado sobre a possibilidade de sair da pasta, Fávaro afirmou não ter informações sobre as trocas:

- Eu não sei de **reforma ministerial**. Essa pergunta tem que fazer lá no Palácio do Planalto, não aqui.

Fávaro, que é senador por Mato Grosso do Sul, foi um dos poucos parlamentares da bancada ruralista a fazer campanha para Lula em 2022. Ele foi indicado pela bancada do PSD no Senado, mas são os deputados do partido que têm se movimentado para segurá-lo.

- A indefinição não é nossa, é do governo, mas é óbvio que nenhum deputado e senador quer perder ministro - disse a deputada Laura Carneiro (PSD-RJ).

A possível entrada de Lira, ou de qualquer outro integrante do partido na **reforma ministerial** de Lula, está sendo vista com ceticismo por uma parte da bancada do PP.

Além da resistência inicial do senador Ciro Nogueira, presidente do partido e ex-ministro de Jair Bolsonaro, os parlamentares avaliam que o ambiente político em torno do governo também dificulta a entrada de mais um nome do partido.

Pesquisa Quaest divulgada na semana passada apontou 49% de desaprovação a Lula. Hoje, o PP tem um ministro no governo, André Fufuca, no Ministério do Esporte.

Em outra frente de disputa, mais um elemento da queda de braço entre PSD e União Brasil, além da disputa pelo Ministério do Turismo, apareceu logo após a vitória de Davi Alcolumbre (União-AP) à presidência do Senado.

Em entrevista à GloboNews, ele defendeu o ministro Fernando Haddad (Fazenda), alvo de críticas de Kassab, que o qualificou como "fraco". Sem citar o dirigente, Alcolumbre atribuiu as falas à disputa por espaço:

- Infelizmente temos disputas partidárias e políticas que acabam entrando em outra esfera e tentando desconstruir a figura de homem público que está

dando o máximo de si.

Além disso, a bancada do União Brasil na Câmara reagiu à movimentação do PSD de reivindicar o Turismo e divulgou uma nota que pede que Sabino seja mantido no cargo. No documento, assinado pelo líder do União na Casa, Pedro Lucas Fernandes (MA), a bancada defende ainda a permanência de Juscelino Filho, também do partido, no Ministério das Comunicações.

"A bancada do União Brasil na Câmara dos Deputados, por intermédio do seu líder, reitera seu compromisso quanto à permanência dos ministros Celso Sabino e Juscelino Filho, reconhecendo os avanços significativos que suas gestões têm trazido para o Brasil", diz o texto divulgado ontem.

No PSD, há reclamações de que o governo ainda não chamou o partido para debater um aumento dos espaços na Esplanada, mesmo após ter conseguido eleger o maior número de prefeitos em 2024.

A disputa alcança os próprios integrantes do governo. Há no entorno da ministra Nísia Trindade (Saúde) quem veja atuação do colega Alexandre Padilha (Relações Institucionais) para ser deslocado para sua pasta caso saia da articulação política.

Interlocutores da ministra da Saúde voltaram a relatar clima de pressão interna que coloca o cargo da ministra na berlinda. A movimentação ocorre três semanas após Lula afirmar à ministra que ela permaneceria na pasta, mas que teria que buscar uma marca para sua gestão.

Dessa vez, no entanto, integrantes da pasta atribuem o movimento ao ministro de Relações Institucionais, que é o principal cotado a substituir Nísia na hipótese da demissão da ministra.

Médico de formação, Padilha é um dos principais aliados de Nísia no governo, foi quem sugeriu seu nome para a pasta na época da transição e também já comandou o ministério durante o governo Dilma Rousseff, entre 2011 e 2014.

Aliados de Padilha negam qualquer movimento do ministro em direção ao cargo de Nísia e afirmam que são as legendas do Centrão que têm espalhado que ele será deslocado para a Saúde, porque miram seu posto no Palácio do Planalto.

Além de ser um dos mais próximos a Lula, o cargo de Padilha é o que controla a liberação de emendas parlamentares. Esses aliados pontuam que o ministro tem sinalizado para a equipe que sua intenção é permanecer na SRI, mas que está à disposição de

Lula para as composições partidárias que forem necessárias.

Entre as articulações em curso, há também um acordo mais avançado para contemplar o ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) na Esplanada.

Um ministro do governo declarou que Lula quer muito ter Pacheco na equipe, mas ressaltou que nenhum convite foi feito.

Uma das possibilidades é a pasta da Indústria, comandada hoje pelo vice-presidente Geraldo Alckmin. Por esse rearranjo, Alckmin poderia ficar sem pasta e se ocupar do papel de viajar pelo país ao lado de Lula e também em agendas separadas, já em preparação para 2026.

Jaques Wagner já afirmou que o Planalto irá procurar Pacheco para conversar sobre uma possível entrada no governo. Não há prazo ainda para o assunto ser definido. Caso o assunto não seja resolvido nos próximos dias, a tendência é que uma resolução fique para o final do mês ou começo de março. Pacheco irá viajar de férias no final da semana e só volta depois de 15 dias.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/02/05/lula-afirma-que-vai-taxar-produtos-dos-eua-se-tarifaco-de-trump-se-estender-para-o-brasil.ghtml>

Lula critica Trump após fala sobre assumir Gaza: Não tem sentido. Palestinos vão para onde?

Karolini Bandeira

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou as falas de Donald Trump de que os Estados Unidos irão assumir o controle da Faixa de Gaza no processo de reconstrução do enclave, após quase um ano e meio de guerra.

Questionado sobre a declaração em entrevista a emissoras de rádio de Minas Gerais na manhã desta quarta-feira, o petista afirmou que as pessoas precisam parar de falar aquilo que lhe vem na cabeça e começar a falar aquilo que é razoável :

--- Estamos vivendo um momento que quanto mais coisas irreais você falar, mais você tem destaque na mídia internacional. Não tem sentido o presidente dos Estados Unidos se reunir com o presidente do Israel e falar que vai ocupar Gaza. Os palestinos vão para onde? (...) O que aconteceu em Gaza foi um genocídio e eu sinceramente não sei se os EUA, que fazem parte de tudo isso, seria o país para tentar cuidar de Gaza.

Ao lado do premier israelense, Benjamin Netanyahu, na terça-feira, Trump ainda defendeu que os quase 2 milhões de palestinos que vivem no enclave sejam realocados, de forma permanente, em outros países, avançando em um plano apresentado por ele na semana passada. As declarações podem pôr em risco o cessar-fogo acordado entre Israel e o grupo terrorista Hamas, que Trump disse "querer assegurar que seja eliminado".

- Os EUA tomarão conta da Faixa de Gaza e nós também faremos um trabalho ali - disse Trump. - No que diz respeito a Gaza, faremos o que for necessário. Se for necessário [enviar tropas], faremos isso.

Trump não deixou nada claro na anunciada ocupação de Gaza pelos americanos, mas nos poucos detalhes que ele apresentou, disse que os EUA poderiam atuar no desmantelamento de bombas, na demolição de prédios destruídos e criar um desenvolvimento econômico que forneceria empregos ilimitados e habitação para as pessoas da região .

Na segunda-feira da semana passada, a pesquisa Genial/Quaest mostrou que o índice de aprovação ao governo Lula recuou cinco pontos, de 52% para 47%, e ficou pela primeira vez atrás do percentual dos que reprovam a atual gestão. Segundo o levantamento, 49% agora dizem desaprovar o presidente, dois pontos a mais do que o índice dos que aprovam.

Os segmentos que puxaram a piora foram aqueles que costumam despontar - e ainda despontam - como base de sustentação de Lula. Eleitores de baixa renda e moradores do Nordeste registraram quedas de sete e oito pontos na aprovação, respectivamente. Para o instituto, o cenário resulta da mistura entre frustração com promessas não cumpridas.

Já o governo vê o aumento do preço dos alimentos e a crise envolvendo o Pix como os principais responsáveis pelo tombo na aprovação da gestão. O Planalto aposta na mudança da comunicação, com a substituição do petista Paulo Pimenta pelo publicitário Sidônio Palmeira na Secretaria de Comunicação Social (Secom), para reverter o quadro.

Sidônio assumiu um dia antes de o governo decidir recuar na portaria do Pix, em 14 de janeiro, com o compromisso de intensificar a atuação do governo nas redes sociais, de olho no enfrentamento ao bolsonarismo e à disseminação de Fake News. Ele defende que mentiras e desinformações têm criado uma cortina de fumaça que impede que as ações da gestão cheguem à população brasileira, e que a gestão precisa saber se antecipar a isso.

A indefinição na **reforma ministerial** planejada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva acentuou a disputa por espaços entre partidos e integrantes do governo. O Palácio do Planalto ainda não esclareceu as possibilidades reais às legendas. No Congresso, as principais contendas envolvem PSD , PP e União Brasil .

O nó da possível dança das cadeiras levou o PSD, por exemplo, a tentar barrar o nome do ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) para o Ministério da Agricultura. A hipótese de Lira ocupar a vaga hoje com Carlos Fávaro, indicado pelo PSD no Senado, fez com

que parlamentares do partido de Gilberto Kassab tentassem inviabilizá-lo.

Nas tratativas entre parlamentares, há até mesmo dois desenhos da Esplanada: um de congressistas favoráveis ao pleito do PSD e outro favorável a Lira.

A cobiça existe apesar das críticas recentes de Kassab ao governo. O presidente do PSD declarou que Lula "perderia a eleição" se o pleito fosse hoje. Já Lira, em entrevista ao GLOBO, fez ressalvas sobre a condução da economia e disse que o presidente deveria mudar o governo "de baixo para cima".

A Esplanada que atenderia ao ex-presidente da Câmara e ao atual presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), teria o deputado do PP na Agricultura, o líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bulhões (AL), na Secretaria de Relações Institucionais, e o líder do PSD, Antonio Brito (BA), no Desenvolvimento Social, como forma de compensação pela perda da Agricultura.

Do lado do PSD, no entanto, a prioridade é ter o Turismo, que hoje está com Celso Sabino, do União Brasil, e deslocar esse partido para Ciência e Tecnologia, atualmente nas mãos do PCdoB. Brito tem dito que não assumiria o Desenvolvimento Social se for para perder a Agricultura.

Embora alguns parlamentares deem como certo Isnaldo na SRI, não está descartado que o ministério siga com o PT. Os líderes do governo na Câmara, José Guimarães (CE), e no Senado, Jaques Wagner (BA), e até a presidente do partido, Gleisi Hoffmann, são citados como possibilidade.

A intenção do líder da sigla é fazer com que André de Paula saia do Ministério da Pesca e assumo o Turismo.

Em um aceno ao ministro da Agricultura, a bancada do PSD convidou ontem Fávaro para participar da primeira reunião de bancada da sigla do ano. Na saída do encontro, o líder do PSD fez questão de dizer que a conversa, entre outros assuntos, com pedidos de emendas para a área da Agricultura, serviu para demonstrar o apoio do partido ao ministro.

- Debatesmos longamente sobre a questão orçamentária. E a bancada demonstrou sua satisfação com o ministro Carlos Fávaro e também com o que tem na relação com o Ministério da Agricultura do governo federal - disse Brito.

Perguntado sobre a possibilidade de sair da pasta, Fávaro afirmou não ter informações sobre as trocas:

- Eu não sei de **reforma ministerial**. Essa pergunta tem que fazer lá no Palácio do Planalto, não aqui.

Fávaro, que é senador por Mato Grosso do Sul, foi um dos poucos parlamentares da bancada ruralista a fazer campanha para Lula em 2022. Ele foi indicado pela bancada do PSD no Senado, mas são os deputados do partido que têm se movimentado para segurá-lo.

- A indefinição não é nossa, é do governo, mas é óbvio que nenhum deputado e senador quer perder ministro - disse a deputada Laura Carneiro (PSD-RJ).

A possível entrada de Lira, ou de qualquer outro integrante do partido na **reforma ministerial** de Lula, está sendo vista com ceticismo por uma parte da bancada do PP.

Além da resistência inicial do senador Ciro Nogueira, presidente do partido e ex-ministro de Jair Bolsonaro, os parlamentares avaliam que o ambiente político em torno do governo também dificulta a entrada de mais um nome do partido.

Pesquisa Quaest divulgada na semana passada apontou 49% de desaprovação a Lula. Hoje, o PP tem um ministro no governo, André Fufuca, no Ministério do Esporte.

Em outra frente de disputa, mais um elemento da queda de braço entre PSD e União Brasil, além da disputa pelo Ministério do Turismo, apareceu logo após a vitória de Davi Alcolumbre (União-AP) à presidência do Senado.

Em entrevista à GloboNews, ele defendeu o ministro Fernando Haddad (Fazenda), alvo de críticas de Kassab, que o qualificou como "fraco". Sem citar o dirigente, Alcolumbre atribuiu as falas à disputa por espaço:

- Infelizmente temos disputas partidárias e políticas que acabam entrando em outra esfera e tentando desconstruir a figura de homem público que está dando o máximo de si.

Além disso, a bancada do União Brasil na Câmara reagiu à movimentação do PSD de reivindicar o Turismo e divulgou uma nota que pede que Sabino seja mantido no cargo. No documento, assinado pelo líder do União na Casa, Pedro Lucas Fernandes (MA), a bancada defende ainda a permanência de Juscelino Filho, também do partido, no Ministério das Comunicações.

"A bancada do União Brasil na Câmara dos Deputados, por intermédio do seu líder, reitera seu compromisso quanto à permanência dos ministros

Celso Sabino e Juscelino Filho, reconhecendo os avanços significativos que suas gestões têm trazido para o Brasil", diz o texto divulgado ontem.

No PSD, há reclamações de que o governo ainda não chamou o partido para debater um aumento dos espaços na Esplanada, mesmo após ter conseguido eleger o maior número de prefeitos em 2024.

A disputa alcança os próprios integrantes do governo. Há no entorno da ministra Nísia Trindade (Saúde) quem veja atuação do colega Alexandre Padilha (Relações Institucionais) para ser deslocado para sua pasta caso saia da articulação política.

Interlocutores da ministra da Saúde voltaram a relatar clima de pressão interna que coloca o cargo da ministra na berlinda. A movimentação ocorre três semanas após Lula afirmar à ministra que ela permaneceria na pasta, mas que teria que buscar uma marca para sua gestão.

Dessa vez, no entanto, integrantes da pasta atribuem o movimento ao ministro de Relações Institucionais, que é o principal cotado a substituir Nísia na hipótese da demissão da ministra.

Médico de formação, Padilha é um dos principais aliados de Nísia no governo, foi quem sugeriu seu nome para a pasta na época da transição e também já comandou o ministério durante o governo Dilma Rousseff, entre 2011 e 2014.

Aliados de Padilha negam qualquer movimento do ministro em direção ao cargo de Nísia e afirmam que são as legendas do Centrão que têm espalhado que ele será deslocado para a Saúde, porque miram seu posto no Palácio do Planalto.

Além de ser um dos mais próximos a Lula, o cargo de Padilha é o que controla a liberação de emendas parlamentares. Esses aliados pontuam que o ministro tem sinalizado para a equipe que sua intenção é permanecer na SRI, mas que está à disposição de Lula para as composições partidárias que forem necessárias.

Entre as articulações em curso, há também um acordo mais avançado para contemplar o ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) na Esplanada.

Um ministro do governo declarou que Lula quer muito ter Pacheco na equipe, mas ressaltou que nenhum convite foi feito.

Uma das possibilidades é a pasta da Indústria, comandada hoje pelo vice-presidente Geraldo Alckmin. Por esse rearranjo, Alckmin poderia ficar sem

pasta e se ocupar do papel de viajar pelo país ao lado de Lula e também em agendas separadas, já em preparação para 2026.

Jaques Wagner já afirmou que o Planalto irá procurar Pacheco para conversar sobre uma possível entrada no governo. Não há prazo ainda para o assunto ser definido. Caso o assunto não seja resolvido nos próximos dias, a tendência é que uma resolução fique para o final do mês ou começo de março. Pacheco irá viajar de férias no final da semana e só volta depois de 15 dias.

Site:

<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/02/05/lula-critica-trump-apos-fala-sobre-assumir-gaza-fala-coisas-sem-consequencia-todos-os-dias.ghtml>

Copom indica que Selic irá a 14,25%

FERNANDA STRICKLAND

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central indicou, na ata da reunião realizada na semana passada, que deve elevar novamente a taxa básica de juros, a Selic, em um ponto percentual na próxima decisão, marcada para março.

Com isso, a taxa deve alcançar 14,25% ao ano.

O mercado aguardava, no entanto, sinalizações relacionadas à política monetária para os meses seguintes, já que as elevações das duas primeiras reuniões do ano já estavam previstas ainda na gestão do ex-presidente do BC, Roberto Campos Neto. A reunião da semana passada foi a primeira sob o comando de Gabriel Galípolo, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conhecido defensor da redução dos juros. A ata não traz pistas sobre decisões futuras.

"O Comitê avaliou que os determinantes de prazo mais curto, como a taxa de câmbio e a **inflação** corrente, e os determinantes de médio prazo, como o hiato do produto e as expectativas de **inflação**, seguem exigindo uma política monetária mais contracionista", descreve o documento do Copom.

O ambiente externo também segue desafiador, especialmente diante da política monetária nos Estados Unidos. "O Comitê acompanhou com atenção os movimentos do câmbio, que tem reagido, notadamente, às notícias fiscais domésticas, às notícias da política econômica norte-americana e ao diferencial de juros", destaca a ata.

A **inflação** permanece acima da meta estipulada pelo governo, com projeções de alta para 2025 e 2026, atingindo 5,5% e 4,2%, respectivamente. A elevação dos preços dos alimentos e combustíveis tem sido um dos principais fatores de pressão.

"A alta da gasolina, por exemplo, pode continuar puxando a **inflação** e elevando o custo logístico dos alimentos", comenta Carlos Braga Monteiro, CEO do Grupo Studio.

O aumento dos juros tem impacto direto na economia real, encarecendo o crédito e reduzindo a atividade econômica. Com a Selic elevada, os financiamentos ficam mais caros, o que pode esfriar o consumo e impactar setores como o imobiliário e o automotivo.

Por outro lado, a taxa alta torna os investimentos em renda fixa mais atraentes, o que pode contribuir para a entrada da moeda estrangeira no país.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6953/05-02-2025.html?all=1>

Como retomar os investimentos públicos

O que mais assusta pessoas que estudam situação das contas da União, Estados e municípios é o elevado aumento da participação do componente Previdência no total do gasto não financeiro (GNF), especialmente no caso federal, que se pode mais facilmente constatar, e em cuja definição alguns costumam incluir o BPC, sigla do Benefício de Prestação Continuada, um benefício tipicamente assistencial e concedido pela União a idosos e pessoas de baixa renda com deficiência. Caso também incluíssemos outras transferências de renda como o Bolsa-Família, o Abono Salarial do PIS/PASEP, o Seguro-Desemprego e o Seguro-Defeso nessa mesma conta, veríamos uma situação de comprometimento de orçamento ainda mais complicada para os governos administrarem.

Em essência, o que os dados mostram com clareza é que, basicamente, nos últimos 37 anos, bastando que somemos os gastos com Previdência e o BPC, o resultado agregado desse tipo de gasto terá saltado, na União, de 22,3% para não menos do que 56,2% do GNF total, algo chocante.

Nessas condições, é fundamental examinar com atenção esse assunto, para que, ao final, possamos propor soluções efetivamente capazes de promover o equacionamento dos resultados desfavoráveis que mais nos afligem, especialmente a partir da área previdenciária, algo que vem culminando na resultante desabada dos investimentos em infraestrutura e das taxas de crescimento do PIB e do emprego que, como seria de se esperar, lhes acompanhariam. A partir desse ponto, poder-se-ia passar à tarefa de encontrar os melhores caminhos para reconstruir o espaço orçamentário requerido para expandir os investimentos, espaço esse que praticamente desapareceu nos últimos tempos. Na Previdência, o que se trata de fazer é, basicamente, zerar os passivos atuariais respectivos. Já no tocante aos benefícios assistenciais, uma novidade de grande impacto e bastante desfavorável que surgiu foi um volume gigantesco de fraudes na gestão desses itens, o que pressiona fortemente para cima os gastos por conta de tais eventos indesejáveis, à espera de um combate acirrado de parte das autoridades da área.

O que a União tem feito para reagir a essa situação? Além de reformas pontuais nas regras ligadas aos benefícios, mas sem alterar o modelo de financiamento da previdência, basicamente, ela partiu para encolher ao máximo os investimentos em infraestrutura, que é o item menos rígido do

orçamento, embora seja exatamente o que faz a economia crescer, algo cuja busca praticamente abandonamos, na própria sequência dos acontecimentos.

Por mais que as pessoas passem, dos anos 80 até 2022, primeiro tivemos uma taxa de investimento do setor público/União, que era de 5,1% em 1987, caindo para 0,6% do PIB em 2023. Ou seja, o investimento público federal quase desapareceu. Esse sendo, então, o "x" da questão econômica de prazo mais longo com que o país ainda hoje se defronta.

Qual é a principal questão que está na raiz da explicação da situação acima descrita? Nada mais, nada menos do que o aumento da velocidade do envelhecimento da população brasileira, lembrando que, na gestão dos benefícios previdenciários, predominam, por aqui, tanto quanto na maioria dos países, os regimes de repartição simples - RRS.

Para os que não conhecem bem o tema RRS, em tais regimes, os idosos (isto é, os que se credenciam para obter seus benefícios tipicamente com idade acima de 65 anos) têm suas aposentadorias cobertas por contribuições pagas basicamente pelos contribuintes que estão ativos no mercado de trabalho e são formais (empregados, contribuintes individuais e empregadores), que se situam na faixa entre 15 e 65 anos (e são, portanto, parte da População em Idade Ativa - PIA). Então, de tal forma o número de idosos cresceu - e continua crescendo -, que, em breve, o financiamento desses regimes não terá mais como se basear apenas nas atuais cobranças de contribuições, pois os déficits financeiros vão ficando gigantescos.

Sítio:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6953/05-02-2025.html?all=1>

Conquistas e desafios na gestão de Lula 3 (Editorial)

O governo federal detalhou ontem o resultado da primeira edição do Concurso Nacional Público Unificado (CNPU). De acordo com as informações divulgadas pela ministra da Gestão e da Inovação, Esther Dweck, o certame cumpriu uma importante missão, que vai além de formar os quadros da administração pública federal. A pasta informou que o um terço dos candidatos aprovados no CNPU são de negros, indígenas e pessoas com deficiência. Trata-se de um avanço inegável para uma nação marcada pela desigualdade.

"O concurso realmente democratizou o acesso e está aumentando a inclusão no serviço público. Os percentuais das pessoas que entraram nos três grupos é superior ao que tinha de vagas de cotas, demonstrando que a gente conseguiu o que a gente queria", explicou a ministra.

O ingresso de uma parcela representativa da sociedade brasileira no funcionalismo público tem uma consequência direta para o cidadão. Com a participação desse perfil de servidores, aumentam as chances de políticas públicas voltadas para combater problemas crônicos brasileiros, como a desigualdade e o preconceito.

O governo federal sinalizou que pretende anunciar, em breve, uma segunda edição do CNPU. Espera-se, portanto, uma continuidade à iniciativa de tornar o poder público mais semelhante ao povo brasileiro, e não mais uma instância à qual só têm acesso aqueles com poder aquisitivo suficiente para frequentar boas escolas e cursos preparatórios.

Não se trata de escolha trivial.

Afinal, cresce no mundo o sentimento contrário a políticas afirmativas, de modo a perpetuar históricas diferenças sociais.

Esse não é o único desafio do governo Lula. Na segunda metade da sua terceira passagem pelo Planalto, o presidente e, principalmente, seu alto escalão, precisam estar mais próximos da população brasileira. Uma das aflições mais agudas é a queda do poder de compra, acentuada pela inflação renitente e os juros crescentes.

Há mais. Temos uma nação ideologicamente muito

mais dividida. Se antes, o presidente Lula conseguia construir uma governabilidade com desenvoltura, hoje tal realidade parece mais difícil.

As diferenças ideológicas se impõem de maneira categórica. E, à direita, há movimentos claros para dar palco a novos atores. De nomes conhecidos na política, como o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, o de Minas Gerais, Romeu Zema, e o do Paraná, Ratinho Júnior, a estreantes na política - a exemplo do sertanejo Gustavo Lima.

Reaproximar-se da base eleitoral e apostar na renovação política a partir do surgimento de novos quadros progressistas podem ser caminhos para o sucesso da segunda etapa da gestão Lula 3. O retorno dos trabalhos no Congresso surge como um momento-chave para dar início a essa empreitada.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6953/05-02-2025.html?all=1>

Alta dos alimentos vai se propagar e meta será descumprida, avisa o BC

**ALVARO GRIBEL BRASÍLIA / COLABORARAM
FERNANDA TRISOTTO e AMANDA PUPO/ BRASÍLIA**

O Banco Central sob a presidência de Gabriel Galípolo avisou na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada ontem, que deve descumprir a meta de inflação já na largada, agora sob o regime de "meta contínua".

Em outras palavras, isso quer dizer que a inflação anualizada vai ficar acima do teto de 4,5% por seis meses seguidos, de janeiro a junho, o que configuraria o descumprimento.

A partir deste ano, o descumprimento da meta deixa de ser medido pelo ano-calendário, ou seja, pelo resultado anual em dezembro, e passa a ser computado se ficar acima do intervalo de tolerância por seis meses.

Na reunião da semana passada, o Copom elevou a Selic em um ponto porcentual, para 13,25% ao ano. Foi o quarto aumento consecutivo da taxa básica de juros, que marcava 10,5% em setembro do ano passado.

O BC vê a economia sobreaquecida, com o mercado de trabalho mais forte (o desemprego está na mínima histórica), o que tende a pressionar a inflação de serviços. E há ainda um alerta sobre a indexação da economia interna, que terá o efeito de transformar, por exemplo, um choque temporário de preços dos alimentos em permanente.

É isso que o BC quer dizer quando afirma que "esse aumento (dos alimentos) tende a se propagar para o médio prazo em virtude da presença de importantes mecanismos inerciais da economia brasileira".

Na ata, o BC também reafirmou que vai subir a Selic em um ponto porcentual na reunião de março, mas não quis dar, assim como no **comunicado** divulgado logo depois da reunião, outro "forward guidance" (indicação futura) para as próximas reuniões.

HADDAD. Questionado sobre o teor da ata, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que, com a mudança para o regime de meta contínua, o BC terá tempo para avaliar com mais racionalidade a duração do aperto na política monetária. "Nós temos uma meta

contínua agora. Isso faz com que o BC possa apresentar um plano de trabalho consistente para trazer a inflação para a meta, com mais racionalidade do que acontecia antes da mudança.

Penso que o BC vai ter tempo de analisar o patamar de juros que vai manter, e por quanto tempo, para conseguir esse objetivo." A ata voltou a indicar que o BC não vai deixar de cumprir o seu papel no combate à inflação.

Mas ganha tempo para avaliar o cenário até maio, diante da volatilidade internacional que tem sido provocada principalmente pelas medidas protecionistas anunciadas pelo presidente dos EUA, Donald Trump.

De todo modo, há o pedido, mais uma vez, para que as políticas monetária e fiscal sejam "harmoniosas".

Ou seja, para que o governo Lula, de fato, corte gastos.

Caso contrário, ainda não há limite, pelas indicações do BC, para o aumento dos juros no País.

"Esse aumento (dos alimentos) tende a se propagar para o médio prazo em virtude da presença de importantes mecanismos inerciais da economia brasileira"

Trecho da ata da última reunião do Copom

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Este é o ano para focarmos na exportação de serviços (Artigo)

Gustavo Benchimol

Gustavo Benchimol Advogado

Em 2024, o Brasil atravessou uma brutal desvalorização do real. O tombo ainda dói. Mas o dólar nas alturas representa a oportunidade de contratação de brasileiros, que cobram em reais, por empresas estrangeiras, que pagam em dólar.

No Brasil, a prestação de serviços representa 60% do **PIB**. No entanto, em 2023 exportamos apenas 2% em serviço, enquanto a média dos países da América Latina é de 4%. No mesmo ano, o setor de agro e a indústria brasileira, que equivalem a 40% do **PIB** nacional, exportaram metade de suas produções.

Os EUA vivem uma economia aquecida, déficit de mão de obra qualificada e restrições na concessão de vistos de trabalho para estrangeiros.

Ao mesmo tempo, o prestador de serviço brasileiro tem formação acadêmica qualificada, veia empreendedora, facilidade para trabalho remoto, cultura compatível com a dos EUA, traquejo da língua inglesa e isenções de PIS/Cofins e ISS na exportação de serviços.

O fuso entre os países das Américas também joga a favor, variando de uma a três horas, uma vantagem em relação a países concorrentes, como a Índia.

Uma boa estratégia para iniciar a exportação de serviços é a subcontratação de empresas brasileiras por companhias americanas do mesmo setor e de tamanho similar. Por serem bichos da mesma espécie, estes profissionais reconhecem sinergias e convergem para uma discussão de preço capaz de gerar valor aos dois lados.

Desta forma, a empresa brasileira precisa investir menos na captação de clientes e terá acesso a um volume de trabalho maior. O empresário americano, por sua vez, captura uma parte do ganho e obtém vantagem competitiva graças ao serviço de qualidade por uma fração do preço de mão de obra americana.

A forma mais prática de buscar parcerias é a participação em conferências segmentadas por indústrias, onde participantes estão atrás de boas

oportunidades. Como profetizou o ex-presidente americano Calvin Coolidge, cem anos atrás: "O negócio dos Estados Unidos é fazer negócios".

Infelizmente, Câmaras de Comércio Internacionais e consulados não costumam ser eficientes nas prospecções iniciais. Por mais que desejem ajudar, essas instituições desconhecem as peculiaridades e os players de cada indústria.

Apesar das diferenças culturais a serem levadas em conta, é preciso ser destemido e desmistificar as complexidades de fazer negócios no exterior. Lembre-se: quando não sabemos para onde queremos ir, não há vento que sopra em direção ao nosso destino.

Apesar das diferenças culturais, é preciso ser destemido e desmistificar as complexidades de fazer negócios no exterior

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Estrangeiros começam a ver oportunidades no Brasil

ALINE BRONZATI CORRESPONDENTE EM NOVA YORK

Investidores estrangeiros começam a identificar oportunidades em ativos brasileiros depreciados pelas incertezas do mercado com relação às contas públicas do País. O interesse neste momento parte de investidores mais sofisticados, e beneficia principalmente papéis vistos como menos arriscados, mas pode aumentar se houver medidas que contenham o crescimento da dívida e deem mais clareza sobre a trajetória fiscal, segundo banqueiros e executivos ouvidos pelo Estadão/Broadcast.

"Chegamos a um certo ponto em que os ativos brasileiros passam a ter atratividade pelo nível de preço. O investidor estratégico, de mais longo prazo, começa a olhar o Brasil como uma eventual oportunidade de entrada", diz o presidente do Itaú BBA, Flávio Souza.

Um exemplo recente foi a venda de ações da Vale detidas pela Cosan, de Rubens Ometto, e que movimentou mais de R\$ 9 bilhões. O mercado absorveu todo esse volume rapidamente, com presença maciça de investidores internacionais, como os americanos Fidelity, que arrematou mais de um terço dos papéis, e o fundo Ashler, além do francês Capital, o sul-africano Investec e o britânico Ossington.

Para o presidente da Vale, Gustavo Pimenta, os ativos brasileiros estão em um ponto de entrada "muito favorável" e têm atraído o interesse de fundos sofisticados que acompanham os dados da economia brasileira. As ações da mineradora acumularam perdas de 17,1% em 2024, e uma das missões do novo CEO é justamente recuperar o seu valor, impactado por desastres ambientais, pelo momento do setor de mineração e pelo risco-Brasil. "O preço (dos ativos brasileiros) caiu tanto que tem muita gente agora dando um passo atrás e olhando: será que é o momento de entrar?", disse Pimenta, em entrevista ao Estadão/Broadcast, no fim do ano passado.

As decisões de política monetária no Brasil e nos Estados Unidos podem ajudar à medida que ampliam o diferencial de juros.

Enquanto o Banco Central (BC) aumentou a Selic, o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) manteve os juros estáveis, em busca de mais

progressos na **inflação** e do que será o governo do presidente dos EUA, Donald Trump.

'PONTO FRACO'. O economistachefe do Itaú Unibanco, Mario Mesquita, menciona ainda a entrada de dinheiro estrangeiro na Bolsa brasileira no início deste ano, além da recente trégua no câmbio. No acumulado de janeiro até o momento, investidores aportaram mais de R\$ 4,2 bilhões na B3.

"Talvez o posicionamento em relação ao Brasil estivesse contaminado também por uma postura mais cautelosa com a transição dos EUA", afirma Mesquita. "Algumas pessoas acham que vai ser mais suave do que se temia. Tenho dúvidas, mas o mercado parece gostar dessa ideia. Estamos vendo um comportamento melhor dos ativos", acrescenta.

O apetite estrangeiro pelo Brasil depende do ativo, diz o presidente do Bradesco, Marcelo Noronha.

O banco levantou US\$ 750 milhões por meio de uma emissão externa neste mês, e conseguiu reduzir a taxa paga aos investidores diante da elevada demanda pelos papéis. "Mas, do outro lado, tem um conjunto de investidores que não quer colocar dinheiro no País enquanto não tiver certeza de como o Brasil vai navegar com o câmbio e a taxa de juros. Para a renda variável, não tem Brasil. É só Estados Unidos", adverte Noronha.

Para que o Brasil volte, de fato, ao radar externo, precisaria avançar algumas casas rumo à sustentabilidade fiscal, cobram executivos ouvidos pelo Estadão/Broadcast.

Para um deles, de um grande banco americano, ainda que um ponto de entrada comece a aparecer o gatilho só virá com a melhoria do quadro fiscal e a queda dos juros no País, prevista somente para meados de 2026.

"A preocupação com o fiscal no Brasil gera incerteza e isso acaba afetando o apetite. É importante um cenário mais claro, principalmente na parte fiscal", diz Souza, do Itaú BBA.

Bancos e agências de rating estão céticos quanto a avanços na área fiscal. "As finanças públicas sempre foram o ponto fraco do Brasil. As métricas eram fracas e estão ficando ainda mais", diz a diretora da Fitch

Ratings Shelly Shetty. Para ela, é "muito difícil" o País recuperar o grau de investimento no cenário atual.

Apetite

R\$ 9 bilhões foi quanto movimentou a venda de ações da Vale pela Cosan, que foram adquiridas por estrangeiros, como Fidelity, que arrematou mais de um terço dos papéis, e o fundo Ashler, dos EUA, e o francês Capital

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Dólar cai para R\$ 5,77 na maior sequência de baixas em 30 anos

PAULO RENATO NEPOMUCENO E BRUNA LESSA

O dólar caiu ontem 0,76%, cotado a R\$ 5,77, na 12-sessão seguida de baixa. É a menor cotação desde 12 de novembro de 2024 e a maior desvalorização contínua da moeda americana desde o início da circulação do real, há 30 anos. A divisa acumula queda de 6,6% no ano e de 7,9% desde a máxima histórica de R\$ 6,26 atingida em 18 de dezembro.

Se a eleição de Donald Trump fortaleceu o dólar em todo o mundo no fim do ano passado, especialmente no Brasil, uma postura considerada "mais amena" do republicano em seus primeiros dias de governo, mesmo com "tari-faço" e recuo, ajudou a trazer as cotações para perto dos níveis anteriores, avaliam analistas.

Estimativas positivas para a safra brasileira de grãos deste ano também ajudam a valorizar o real, com impacto positivo sobre os preços dos alimentos e a **inflação**, avalia o ministro da Fazenda, Fernando Haddad:

- O dólar estava R\$ 6,10 e está R\$ 5,80 (R\$ 5,77). Isso já ajuda muito, porque essa escapada que deu... Com ação do Banco Central e do Ministério da Fazenda, essas variáveis macroeconômicas se acomodam em outro patamar e isso certamente vai favorecer. Estou muito confiante de que a safra deste ano, por todos os relatos que eu tenho tido do pessoal do agro, vai ser uma safra muito forte. Isso também vai ajudar.

Para Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor do Banco Central e presidente do Conselho de Administração da gestora Jive Mauá, houve uma combinação de fatores para a sequência de quedas do dólar:

- Os ativos, inclusive a taxa de câmbio, estão muito descontados (baratos). Uma parte do dinheiro que saiu em dezembro acabou voltando. Você se prepara para o pior, o pior não acontece e as coisas tendem a melhorar.

Cristiano Oliveira, economista-chefe do Banco Pine, diz que "se imaginou uma agressividade de ações muito maior" de Trump no campo econômico do que está ocorrendo.

- Houve um efeito manada em dezembro. Com ambiente internacional menos negativo, tem que ter alguma acomodação, porque (a cotação) estava fora do lugar.

Na visão de Felipe Garcia, chefe da mesa de câmbio do C6 Bank, houve uma melhora na avaliação de risco do Brasil, e "o diferencial de juros (altos no Brasil e baixos nos EUA) tem atraído investidores, que depois de uma piora tentam aproveitar oportunidades". Investidores estrangeiros ingressaram com R\$ 6,82 bilhões na B3 (a Bolsa de São Paulo) em janeiro.

Apesar do alívio no câmbio, o Ibovespa fechou ontem em baixa de 0,65%. Os juros futuros de curto prazo subiram e os de longo prazo caíram. A taxa do DI de janeiro de 2026 teve leve alta, de 14,91% para 14,92%; a de janeiro de 2027 manteve-se estável em 14,88%; a de 2029 recuou de 14,525% para 14,47%, e a de 2031 teve baixa de 14,48% a 14,41%.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O SOBE E DESCE DO CÂMBIO

Dólar voltou ao nível de antes do pacote de corte de gastos do governo



Fonte: ValorPro

EDITORIA DE ARTE

Congresso terá de incluir R\$ 22,8 bi no orçamento

Por Guilherme Pimenta - De Brasília

O Congresso terá que acomodar na proposta orçamentária para este ano R\$ 22,8 bilhões em despesas adicionais, não previstas na versão original do projeto, enviado pelo governo ao Legislativo em agosto passado. O cálculo é da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) da Câmara dos Deputados.

A conta estima pressões adicionais sobre as despesas primárias não consideradas no texto inicial. O estudo considera o efeito do pacote de contenção de gastos aprovado no fim do ano passado, mas avalia que a economia será abaixo da estimada pelo Executivo.

Segundo a nota, assinado pelo ex-secretário de Orçamento Federal Paulo Bijos, e pelo consultor Dayson Almeida, as despesas podem subir R\$ 45,6 bilhões, enquanto a economia estimada pode ser de somente R\$ 22,8 bilhões. A diferença entre esses números resulta na pressão extra de também R\$ 22,8 bilhões.

A maior pressão orçamentária reflete o aumento dos valores de salário mínimo e **inflação**, o que pode resultar em uma ampliação de despesas em R\$ 32,8 bilhões este ano. O reajuste do piso influencia despesas indexadas, como benefícios previdenciários e abono salarial. Mesmo com a nova regra, parte do pacote fiscal do ano passado, que limita o aumento real aos limites do arcabouço fiscal, o mínimo aprovado para 2025 ficou em R\$ 1.518, mais que os R\$ 1.509 inicialmente previstos.

Também impacta o cálculo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) efetivamente apurado até novembro de 2024, maior que os 3,65% inicialmente projetados. A diferença resulta em um ajuste, para maior, da parcela da despesa com benefícios previdenciários acima um salário mínimo.

Outro fator de pressão negativa, apontam os consultores, seria um acréscimo de R\$ 12,8 bilhões ao Orçamento deste ano, resultante da incorporação de R\$ 2,8 bilhões no programa Auxílio-Gás e um aporte de R\$ 10 bilhões no programa Pé-de-Meia, tendo em vista as inconsistências apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que já determinou a suspensão de aportes no programa educacional por

meio de fundos fora do orçamento.

Há duas semanas, os ministros entenderam que os desembolsos no programa educacional precisam passar pelo Orçamento da União. O governo Lula já recorreu da decisão, pois entende que as despesas devem ser primárias somente a partir de 2026.

Do lado de eventuais alívios orçamentários, os técnicos consideram que o limite de despesa poderá ser ampliado em R\$ 12,4 bilhões, tendo em vista que a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou o ano de 2024 em 4,83%, valor superior em 0,6 pontos percentuais aos 4,23% apurados nos 12 meses acumulados até junho de 2024.

A segunda fonte de alívio, apontaram os técnicos, é a economia do pacote fiscal. A economia, no entanto, seria de R\$ 10,4 bilhões em 2025, valor muito inferior ao considerado pela equipe econômica, que projeta uma redução superior a R\$ 30 bilhões no Orçamento este ano a partir das novas regras.

Eles ponderam, no entanto, que somente algumas das medidas de ajuste foram calculadas, o que pode levar a uma economia maior por meio do pacote fiscal. Ficaram de fora, por exemplo, ações que seguem sem definição, como eventuais impactos positivos de propostas enviadas pelo governo, como o projeto de lei que altera a previdência dos militares, ainda não aprovado, ou novas regras para biometria dos benefícios sociais.

Na avaliação dos autores, o cenário reforça a importância de projeções conservadoras "ao lado da advertência de que, em se tratando de limite de despesas primárias, todo o esforço de ajuste deve recair sobre as próprias despesas".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188109?page=1§ion=1>

Haddad trabalha em mudanças no Orçamento

Por Estevão Tair e Ruan Amorim, Valor - Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo federal já está em contato com o relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025, senador Angelo Coronel (PSD-BA), para tratar das mudanças necessárias para o texto. De acordo com Haddad, serão duas mudanças principais. Uma envolve aproximadamente R\$ 15 bilhões de "recursos novos" do lado da receita, "que seriam necessários e deixarão de ser [necessários]". Outra envolve também R\$ 15 bilhões em gastos serão abertos "para acomodar eventuais pressões".

A necessidade de ajuste ocorre em meio a queixas do relator de falta de diálogo com a Fazenda. Questionado sobre isso, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), disse ao Valor na terça-feira que Haddad e Coronel vão se reunir para tratar da proposta.

Segundo o ministro, as mudanças foram fruto da "contenção" de gastos de aproximadamente R\$ 30 bilhões decorrente das medidas de ajuste fiscal apresentadas pelo governo no fim do ano passado.

No sábado, Coronel afirmou que o Ploa de 2025 deverá ser votado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso apenas em março. Até que seja sancionado, o governo só pode executar 1/18 dos gastos mensais previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O ministro da Fazenda também disse estar "muito confiante" de que a safra agrícola deste ano ajudará a diminuir os preços dos alimentos, assim como o recuo do câmbio de aproximadamente R\$ 6,10 para a casa dos R\$ 5,80 em um mês.

"Isso já ajuda", disse. "[Com] a ação do Banco Central e a ação do Ministério da Fazenda, essas variáveis macroeconômicas se acomodam em outro patamar, e isso [também] certamente vai favorecer [o preço dos alimentos]."

A cúpula do governo vinha buscando nas últimas semanas, sem sucesso, alternativas para atender à cobrança de Lula por ações contra a alta dos preços dos alimentos. Essa alta é apontada no Planalto como um dos principais fatores para a recente queda de

aprovação da gestão.

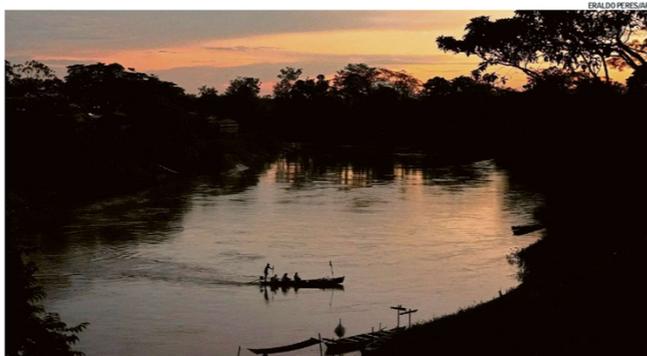
Em 2024, o item alimentação e bebidas foi o que mais pressionou o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O item subiu 7,69% no ano passado, respondendo por quase um terço da inflação de 4,83% em 12 meses.

Colaboraram Caetano Tonet e Gabriela Guido

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188109?page=1§ion=1>

Brasil, liderança climática em tempos de retrocesso (Artigo)



Por Clarice Ferraz/Clarice Ferraz é economista e diretora do Instituto Ilumina.

As primeiras decisões de Donald Trump à frente do governo norte-americano ilustram uma visão anacrônica e imediatista. Longe de surpreender, medidas como a saída do Acordo de Paris e a aposta na expansão da indústria de óleo e gás reforçam um padrão de negacionismo e de negligência com questões climáticas globais.

A aposta na expansão da indústria de óleo e gás ignora as evidências científicas de que a queima dos combustíveis fósseis é a principal causa do aquecimento climático. Os anos de 2023 e 2024 foram, sucessivamente, os mais quentes registrados na história. Além dos recordes, foi destacado que o aumento das temperaturas enfrenta uma nova aceleração cujos efeitos ainda são desconhecidos. Eventos extremos são cada vez mais frequentes e têm se agravado. Os devastadores incêndios em Los Angeles, que saíram de controle devido aos fortes ventos, mostram como a crise climática e os eventos extremos se retroalimentam. Os impactos econômicos e sociais são tremendos. O governo americano se equivoca e aumenta a vulnerabilidade de sua economia e de sua população.

A ambição imperialista, mesmo apoiada em sua máquina de guerra, é insustentável. Enquanto perdem protagonismo mundial face à China, os EUA se isolam e se consolidam como inimigos do futuro da humanidade. A Europa terá de encarar suas contradições de submissão à Otan e de defensora da transição energética. Já estão em vigor na União Europeia (UE) diretrizes balizando as relações comerciais de países-membros, apoiadas na necessidade de descarbonização das economias. Em outubro de 2023, entrou em vigor o Mecanismo de

Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM, na sigla em inglês), que estabelece um preço para o carbono emitido durante a produção de bens importados para a UE. A metodologia de cálculo das emissões incorporadas é baseada no Acordo de Paris e no pacote Fit for 55, que visa a redução das emissões de gases de efeito estufa em 55% até 2030.

Mais recentemente, após anos de negociação, entrou em vigor, em julho de 2024, a Directive on corporate sustainability due diligence (Directive 2024/1760), que visa promover o comportamento corporativo sustentável e responsável nas operações das empresas e em suas cadeias de valor globais. As empresas que se enquadram no escopo da diretiva devem identificar e abordar os impactos adversos de suas ações em direitos humanos e ambientais dentro e fora da Europa. Há uma série de novas oportunidades para empresas brasileiras e produtos produzidos no Brasil, caso o país transforme sua pauta de exportações, baseada em commodities e produtos energointensivos.

Essa nova configuração traz enormes tensões geopolíticas, mas abre espaço para profundas e necessárias transformações. O mundo precisa de estratégias que contenham o aumento das temperaturas e as mudanças climáticas.

A ameaça de crise financeira em um mundo dolarizado não é menor do que a provocada pelo colapso do equilíbrio ecológico do planeta. Ao contrário. Estamos falando de efeitos com séculos de duração que desestruturam todas as cadeias produtivas globais tais como as conhecemos. Neste novo tabuleiro, o Brasil tem a chance de exercer importante protagonismo global se liderar uma transição energética que prove ser possível alinhar sustentabilidade com progresso econômico.

Podemos trilhar um caminho alternativo. Nossos recursos renováveis e a riqueza da nossa biodiversidade são ativos incomparáveis para o desenvolvimento de estratégias de bioeconomia e de prestação de serviços ambientais. Nossos ecossistemas únicos, como a Floresta Amazônica e a Foz do Amazonas, constituem mecanismos planetários naturais de regulação de carbono, os "sumidouros de carbono" essenciais para o equilíbrio do clima. Sua preservação deve ser financiada e pode

estimular novos acordos de cooperação internacional em prol de um futuro possível. Em março de 2023, foi assinado o acordo entre países-membros da ONU que prevê a criação de zonas marítimas protegidas.

Além disso, nossa matriz elétrica ainda majoritariamente descarbonizada, com sistemas de armazenamento hidrelétrico de empreendimentos já amortizados, nos coloca em posição de destaque no cenário global, caso o sistema interligado nacional volte a ser tratado de forma sistêmica e com o objetivo de garantir a segurança de abastecimento, com emissões reduzidas e tarifas mais competitivas. Eventos climáticos extremos, com custos humanos e econômicos crescentes, reforçam a urgência dessa transição. A alternativa à transição é a ruptura dos sistemas que sustentam a vida humana no planeta. Como sede da COP30 em 2025, o Brasil tem a oportunidade de reafirmar seu papel como líder de um futuro possível e positivo, rompendo com a dependência excessiva de receitas do petróleo. Insistir nesse modelo não só aumenta nossa exposição às oscilações do mercado internacional, mas também limita a construção de uma economia mais resiliente e diversificada.

A atual pauta brasileira de exportações é extemporânea, baseada em commodities e energointensiva. Poderia ser muito diferente. O Brasil pode liderar em áreas em que poucos conseguem competir. Nossa expertise em biocombustíveis e na eletromobilidade adaptada à realidade nacional - como o carro híbrido movido a etanol, mais sustentável que os veículos elétricos tradicionais - exemplifica nosso potencial para soluções mais sustentáveis. Mas precisamos de transformações estruturais, modais de transporte coletivo e planejamento urbano que reduzam distâncias e "revegetalizem" as cidades. Esses diferenciais posicionam o país como uma referência em transição justa, dentro dos limites ecológicos do planeta. Além disso, a redinamização da economia voltada para o mercado interno é outro elemento estratégico que promove a redução de nossa exposição ao dólar, nos protege de choques inflacionários e diminui a dependência das receitas de exportação na composição do **PIB** nacional e colabora para o equilíbrio de nosso balanço de pagamentos.

No cenário geopolítico, há espaço para o fortalecimento de alianças estratégicas baseadas em sustentabilidade. A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, constituída por oito países-membros da América do Sul que possuem o bioma amazônico, é o único bloco socioambiental de nações dedicadas à Amazônia. A Europa já possui uma série de diretrizes com objetivo de combater o agravamento da crise climática. O tema é de grande sensibilidade política. O choque com as políticas da nova

administração americana deverá fomentar parcerias alternativas. Há espaço para que lideranças focadas na biodiversidade e em soluções integradas alcancem resultados significativos. Esse tipo de abordagem não apenas enfrenta os desafios da crise climática, mas também fortalece a estabilidade política e social, tanto internamente quanto no cenário internacional.

A postura agressiva e unidimensional do presidente norte-americano subestima a complexidade de um mundo à beira do colapso climático e da urgência da descarbonização das atividades produtivas. As demandas sociais por sustentabilidade e os financiamentos internacionais para uma economia verde continuam a crescer. O Brasil, com seus recursos naturais e expertise, tem condições de liderar essa transição, consolidando-se como um ator ativo, soberano e competitivo.

Este é o momento de reafirmarmos nossa singularidade e nossa liderança. Biodiversidade, energia limpa e inovação são mais do que diferenciais; são os alicerces de um futuro possível em que o Brasil pode se destacar como referência global. Ao abraçar essa responsabilidade, não apenas enfrentaremos os desafios climáticos com resiliência, mas também inspiraremos outras nações a seguirem um caminho mais justo e sustentável.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188109?page=1§ion=1>